

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA
MEI-ME-EPP**

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 09/06/2026, às 09h00min (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 02/06/2026
---	---

Objeto:		
Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e itens correlatos , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, com vistas a atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.		
Valor Estimado da Contratação (Global)		
R\$ 507.926,79 (quinhentos e sete mil novecentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos)		
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual
NÃO	SIM	Termo de Contrato
Forma de Adjudicação	Modo de disputa	Intervalo mínimo entre lances
"MENOR PREÇO POR GRUPO" referente aos GRUPOS 01 e 02 "MENOR PREÇO POR ITEM" para os demais itens	Aberto	1% (um por cento)

Documentos de habilitação (Item 10 e Anexo III)*	
Requisitos Básicos: <ul style="list-style-type: none">- Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor ou decreto de autorização;- Cédula de identificação e documento de outorga de poderes do representante;- Regularidade Fiscal e Trabalhista completa (consulta pelo pregoeiro ao SICAF, preferencialmente);	Requisitos Específicos: <ol style="list-style-type: none">Qualificação técnica:<ol style="list-style-type: none">Exclusivamente para o GRUPO 01 - CÂMERA PTZ, serão exigidos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Esses atestados devem comprovar que a licitante forneceu, de forma satisfatória, objetos similares ao da contratação, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das dimensões do objeto do certame.

<ul style="list-style-type: none"> - Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos de Combate ao Trabalho Escravo, CAGEFIMP, CEIS, CNEP e CNIA; - Consulta pelo pregoeiro ao Cadastro de Fornecedores do TCE-RO e Lista de inidôneos do TCU. 	<p>a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;</p> <p>b) Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;</p> <p>c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;</p> <p>d) O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando quando solicitado pela Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE, bem como local e condições em que foram prestados os serviços.</p> <p>Condições detalhadas no Termo de Referência, item 9 e seguintes.</p>
---	---

*** O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado nas seções do instrumento convocatório acima indicadas. Na divergência entre os documentos de habilitação presentes no Termo de Referência e o Anexo III do edital, prevalecerão as condições deste último.**

Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
<p>SIM</p> <p>Participação exclusiva MEI-ME-EPP para o GRUPO 2 e demais itens</p>	<p>Não</p>	<p>Não</p>	<p>Não</p>
Planilha de custos e formação de preços			<p>Não</p>
<p>Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens.</p>			
Telefone para contato		E-mail para contato:	
<p>(69) 3010-0933</p> <p>(69) 3010-0934</p> <p>(69) 3010-0936</p>		<p>pregoeiro@tce.ro.gov.br</p>	

Observações Gerais:

- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no Anexo I - Termo de Referência e Anexo II - Orientações e modelo de proposta.
- Após a fase de lances e negociação de preços, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado, e os documentos de habilitação exigidos no edital, quando convocado pelo Pregoeiro.
- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante, quando convocado pelo Pregoeiro.



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 21/05/2026, às 09:39, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1053774** e o código CRC **BF8A6A65**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1053774

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA
MEI-ME-EPP**

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, realizado no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Edital está disponível para *download* gratuito nesse endereço e no Portal de Transparência do TCE-RO: <https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes>.

UASG: **935002**. Processo: 001933/2026, Legislação regente: **Lei Federal n. 14.133/2021**.

OBJETO: Aquisição de **equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e itens correlatos**, condições detalhadas no edital.

Data de realização: **09/06/2026, horário: 09h00min** (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: **R\$ 507.926,79 (quinhentos e sete mil novecentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos)**.

Pregoeira: **NILSEIA KETES COSTA**



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 21/05/2026, às 09:39, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1053775** e o código CRC **F2E13079**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1053775

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO

UASG: 935002

PREÂMBULO

O **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, inscrito no **CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10** torna pública a realização do presente Pregão Eletrônico, do tipo "MENOR PREÇO POR GRUPO" e "MENOR PREÇO POR ITEM", com ampla participação e participação exclusiva MEI-ME-EPP, para aquisição do objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no Processo Administrativo SEI n. 001933/2026, será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06 e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, independentemente de sua transcrição, e pelas condições constantes neste Edital.

Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30, pelos telefones (69) 3609-6238 ou (69) 3609-6240, ou pelo e-mail: pregoeiro@tce.ro.gov.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Portal da Transparência deste TCE-RO (www.tzero.tc.br).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital consiste na Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e itens correlatos, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

1.2. As especificações devem constar no Artefato de Termo de Referência - Anexo A - Descrição detalhada dos itens (1030623), sendo vedada cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada.

1.3. A licitação terá como critério de julgamento o **"MENOR PREÇO POR GRUPO" referente aos GRUPOS 1 e 02, para os demais, será adotado o critério de julgamento "MENOR PREÇO POR ITEM"**, com ampla participação para o GRUPO 1, e participação exclusiva MEI-ME-EPP para o GRUPO 2 e demais itens, conforme tabela constante do Artefato de Termo de Referência - Anexo A - Descrição detalhada dos itens (1030623).

1.4. As informações acerca da entrega do bem/prestação do serviço estão pormenorizadamente descritas no Termo de Referência e Artefato de Termo de Referência - Anexo A - Descrição detalhada dos itens (1030623).

2. CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações, prevalecerão as constantes do edital.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com certificação digital.

3. DA COMUNICAÇÃO

3.1. Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:

- I - Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema Comprasnet;
- II - Alternativamente, a critério do pregoeiro ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).

3.2. No caso de comunicação por e-mail, a ciência do ato dar-se-á na data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação ao término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

3.3. Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá ser feito ao e-mail institucional **pregoeiro@tce.ro.gov.br**, sendo posteriormente disponibilizados para consulta no sítio eletrônico.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou pela sua eventual desconexão.

4.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. Restrições à participação de pessoas físicas e/ou jurídicas (no que couber) e sem prejuízo de outras previsões legais específicas:

- I - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II - Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- III - Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- IV - Empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, IV da Lei n. 14.133/2021^[1];
- V - Em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- VI - Impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;
- VII - Suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Órgão;

- VIII - Punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar^[2];
- IX - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- X - Órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital - nos casos de Edital de licitação para registro de preços, na forma do art. 82, inciso VIII da Lei 14.133/2021;
- XI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- XII - O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- XIII - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- XIV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- XV - Empresas sob a forma de consórcios, conforme item 18 do Termo de Referência.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos XII e XIII do item 4.5 deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em português (ou traduzidos por tradutor juramentado).

4.10. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

5.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, nos prazos previstos na legislação, via e-mail para o endereço pregoeiro@tce.ro.gov.br, não suspendendo os prazos previstos no certame.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/21.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação do termo de referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

6.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

6.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

- I - Contiver vícios insanáveis;
- II - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- VI - Cotação de objeto diverso;
- VII - Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- VIII - Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- IX - Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;
- X - Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;
- XI - Proposta e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

6.4. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2. O critério de julgamento desta licitação será aquele descrito no **item 1** do presente Edital.

7.3. O envio dos lances deverá corresponder ao valor total do item. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Ao final da etapa de lances, ocorrendo empate ficto de ME/EPP (art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/06) o sistema eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos de preferência.

7.7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de JULGAMENTO, permanecendo on-line para atender eventuais convocações do pregoeiro e mensagens do sistema, sob o risco da perda de direitos.

7.9. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão desta licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sistema eletrônico de compras (no sítio www.compras.gov.br), em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após ao aviso.

7.11. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.12. **Esgotados todos os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

8.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

8.2. A obtenção de benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação para a licitação, em atendimento ao previsto no artigo 4º da Lei n. 14.133/2021.

8.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

8.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, observando os critérios de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Após a negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros previstos no item 11 - DA HABILITAÇÃO.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.6. Na ocorrência citada no item 10.4, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o licitante provisoriamente classificado deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida, no prazo de até 02 (duas) horas, a partir da convocação efetuada pelo pregoeiro por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema COMPRASNET.

9.10. O pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.11. Caso atendidas as condições de participação observando o disposto no item 7 - DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS, será iniciado o procedimento de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se em anexo a este edital, a qual poderá ser substituída por registro cadastral

emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

10.2. A habilitação do licitante poderá ser comprovada mediante consulta on-line a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.3. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral em validade, emitido pela Comissão de Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, será válida opcionalmente, como comprovação da habilitação requerida.

10.4. Serão consultados, para fins de habilitação:

- I - As declarações prestadas em campo próprio do sistema;
- II - SICAF;
- III - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;
- IV - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- V - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VI - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VII - Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo;
- VIII - Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- IX - Cadastro de Fornecedores do TCE-RO.

10.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II - Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III - Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

10.6. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

10.7. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

11. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Caberá recurso em face de:

- I - Julgamento das propostas;
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III - Anulação ou revogação da licitação.

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento.

11.3. Qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos após a aceitação da proposta e habilitação do fornecedor.

I - A falta de manifestação do interesse de recorrer no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O licitante deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

11.5. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

11.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11.9. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.10. A adjudicação do objeto e a homologação do resultado deste pregão compete ao ordenador de despesas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Regulamento Referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa contratual;

IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

12.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

13. OS PROCEDIMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DO CERTAME

13.1. A Administração disponibilizará mecanismo de assinatura eletrônica para assinar o instrumento contratual.

13.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa do contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

13.3. A adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail) para assinatura do contrato, no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, devendo realizar a assinatura no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

13.4. A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, serão realizados de acordo com as disposições constantes na Lei 14.133/21 e nos regulamentos internos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

13.5. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento ao contratado de acordo com o estabelecido no Termo de Referência /Projeto Básico, e em conformidade com as disposições estabelecidas no regulamento interno de ordem cronológica de pagamentos.

13.6. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento-base, cujo índice será o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Instrumento Contratual.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.
- 14.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.
- 14.3. A contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail), o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.
- 14.4. Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.
- 14.5. Integram este edital os anexos a seguir:
- Anexo I – Termo de referência/Projeto básico;
 - Anexo II – Orientações e modelo de propostas;
 - Anexo III – Relação de documentos de habilitação;
 - Anexo IV – Minuta do contrato; e
 - Anexo V – Planilha de resumo de preços.

Porto Velho - Rondônia, datado e assinado eletronicamente.

[1] Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

[2] Conforme entendimento exarado no Parecer nº 210/15-ASSEJUR/GP/TCE-RO, a suspensão do direito de licitar e contratar lastreada no art. 87, III da Lei 8.666/93 “espraia-se para além do órgão e do ente federativo da qual irrompeu”. A este respeito, ver STJ, T2 - Segunda Turma, REsp 151.567/RJ, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, j. 25/02/2003, p. DJ 14/04/2003 e STJ, T2 – Segunda Turma, REsp 174.274/SP, Rel. Min. Castro Meira, j. 19/10/2004, p. DJ 22/11/2004.



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 20/05/2026, às 09:35, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1053261** e o código CRC **B1EB070D**.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

Constitui o Anexo I do presente edital o Termo de Referência e seus anexos, conforme documentos transcritos abaixo:

- Termo de Referência (1051099);
- Anexo A - Descrição detalhada dos itens (1030623);
- Anexo B (1021398);
- Anexo C (1021399);
- Anexo D (1021406);
- Anexo E - Layout descritivo do Plenário (1021436);
- Anexo F - Layout descritivo - Estúdio da Escon (1030799);
- Anexo G - Layout descritivo Sala Multifuncional da Escon (1021441);
- Anexo H - Layout descritivo - Auditório da Escon (1030796).



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 21/05/2026, às 11:46, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1054062** e o código CRC **4E228877**.

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 001933/2026

1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. A unidade requisitante da presente contratação é a Assessoria de Comunicação - ASCOM, Escola Superior de Contas - ESCon e Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

2. OBJETO

2.1. Aquisição de **equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e itens correlatos**, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. MOTIVAÇÃO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

3.1.1. A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) desempenha um papel crucial em um cenário de interação social moderna. A modernização dos recursos comunicacionais é essencial para garantir transparência, legitimidade e engajamento com a sociedade. Atualmente, os equipamentos de áudio e vídeo disponíveis são inadequados e precisam ser substituídos por tecnologia mais avançada para melhorar a qualidade das comunicações.

3.1.2. Além de atualizar os equipamentos da ASCOM, é necessário adquirir novos equipamentos para o Plenário e para uso móvel da assessoria, como recursos profissionais adequados para gravação e transmissão de sessões e eventos. Atualmente, a falta de equipamentos adequados faz com que o TCE-RO dependa totalmente de uma empresa terceirizada para esses serviços.

3.1.3. A aquisição de novos equipamentos não é apenas uma atualização tecnológica, mas uma necessidade para garantir uma comunicação eficaz e de alta qualidade. Isso reforça a missão do TCE-RO de promover a transparência e a participação cidadã, alinhando-se aos padrões democráticos atuais.

3.1.4. A justificativa completa da necessidade da contratação encontra-se disponível no Estudo Técnico Preliminar de id. 0665369.

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS - ESCon

3.2. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), por meio de sua Escola Superior de Contas (ESCon), tem como objetivo promover boas práticas na gestão pública e incentivar o controle social. Criada pela Lei Complementar nº 659/2012, a ESCon oferece cursos presenciais, semipresenciais e a distância, sendo a implementação da Educação a Distância (EAD) uma prioridade para expandir seu alcance.

3.3. Em 2021, a ASCOM adquiriu equipamentos para aprimorar a infraestrutura de EAD da ESCon, no entanto, esses equipamentos estão defasados e são insuficientes para atender ao Plano Anual de Capacitações e Eventos. O auditório da ESCon e outros espaços não dispõem de equipamentos profissionais adequados para a transmissão e gravação de eventos, o que limita a disseminação do conhecimento.

3.4. Diante disso, é fundamental adquirir novos equipamentos para modernizar a infraestrutura da ESCon e garantir a democratização do acesso ao conhecimento.

3.5. A justificativa detalhada para a contratação pode ser encontrada no Estudo Técnico Preliminar de id. 0665369.

3.5.1. No que tange à justificativa da necessidade das aquisições, para o item "*Câmera semiprofissional*" a CECEX 06 justifica a sua necessidade pelo fato de que existem diligências e inspeções que a unidade realiza em edificações e infraestruturas públicas impulsionadas pelo planejamento desta Corte. Como os objetos inspecionados são elementos materiais e que envolvem características qualitativas e quantitativas, de comparação entre o projetado e o executado, uma maneira eficaz de demonstrar a equivalência destes parâmetros é por intermédio de registros fotográficos. Por vezes se faz necessário equipamentos de alta qualidade de imagem para capturar características sem acesso e à distância, ou mesmo que próximos, exigem observação de macroaspectos (0668782).

3.6. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE SOLICITADA

3.6.1. Para facilitar a visualização da disposição dos equipamentos, a Assessoria de Comunicação desenvolveu vários *layouts* que ilustram a distribuição dos itens nos espaços onde serão alocados, refletindo também a quantidade necessária para sua utilização:

Layout descritivo - Plenário do Tribunal de Contas	0759925
Layout descritivo - Estúdio da Escola Superior de Contas	0942728
Layout descritivo - Sala Multifuncional da Escola Superior de Contas	0942730
Layout descritivo - Auditório da Escola Superior de Contas	0942735

3.7. Quanto aos equipamentos de "*Câmera semiprofissional*", a justificativa do quantitativo encontra-se discriminada no item 7.3 e seguintes do Estudo Técnico Preliminar (0665369). Além disto, o ETP possui tabela descritiva em que consta o quantitativo estimado de equipamentos a serem adquiridos pela Administração.

3.8. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.8.1. A presente contratação encontra respaldo institucional, estando alinhada ao b - 4) atrair e manter servidores comprometidos, qualificados e produtivos, em um ambiente laboral saudável, para assegurar a excelência nos serviços públicos.

3.8.2. A presente contratação está devidamente contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia formulado para o exercício de 2026, conforme disposto no **item n.083.208.PAC.2026 - Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo**, o qual prevê os recursos necessários para a execução.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / QUADRO RESUMO / REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

DETALHAMENTO DO OBJETO E QUADRO RESUMO

4.1. Os itens objeto do certame deverão atender às especificações técnicas e os quantitativos constantes no **Anexo A - Descrição detalhada dos itens** - deste Termo de Referência.

4.2. Para o **Grupo 01 (Câmera PTZ)** a futura contratada deverá ofertar treinamento e suporte técnico aos servidores e funcionários terceirizados que atuarão diretamente na utilização destas ferramentas no TCE-RO, visando garantir a operação adequada dos equipamentos.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deve ser igual ou superior ao prazo estipulado no **Anexo A - Descrição detalhada dos itens** - deste Termo de Referência. Esse prazo deverá ser contado a partir do primeiro dia útil após a data do recebimento provisório do objeto.

4.4. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, a futura contratada deverá prestar serviços de assistência técnica, sob demanda, independentemente de ser ou não a fabricante, sem ônus adicionais à Administração.

4.4.1. Os serviços de assistência técnica consistem na série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e demais componentes em seu perfeito estado de funcionamento, bem como substituir todas as peças que apresentarem defeitos de fabricação ou divergências com as especificações técnicas.

4.4.2. A prestação dos serviços de assistência técnica deverá observar o horário das 7h30min às 13h30min, em dias úteis.

4.4.3. A futura contratada deverá utilizar componentes e peças de reposição novos, originais e para primeiro uso, autorizados pelo fabricante.

4.5. As solicitações referentes à garantia de funcionamento serão encaminhadas pelo TCE-RO à futura contratada, por e-mail.

4.5.1. A confirmação do recebimento da solicitação deverá ser obtida pela Administração imediatamente após o envio.

4.6. Uma vez recebida solicitação de reparo ou substituição de equipamento, a contratada deverá fornecer ao TCE-RO, por meio eletrônico, os dados da pessoa indicada para realizar a tarefa.

4.6.1. A realização dos serviços de assistência técnica, a retirada de equipamento, peças ou componentes para manutenção ou a sua substituição estarão condicionadas à prévia indicação formal da pessoa autorizada pela CONTRATADA a realizar a tarefa, conforme definido no item anterior.

4.7. A contratada deverá reparar os equipamento(s) que apresentar(em) defeito durante o período de garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da confirmação do recebimento da solicitação feita pelo Órgão Responsável.

4.7.1. O prazo previsto no item 4.7 poderá ser ampliado em casos críticos e excepcionais, devidamente justificados pela contratada, com autorização formal do TCE-RO.

4.8. Os serviços serão executados, em regra, nas dependências do TCE-RO, exceto quando se tratar de serviços de natureza complexa, caso em que algum equipamento e/ou componente e/ou peça poderá ser removido para reparo, com autorização prévia e formal do TCE-RO sem prejuízo dos prazos definidos no item 4.7 e no subitem 4.10.1 deste Título.

4.9. Faculta-se à contratada substituir, temporariamente, por até 30 (trinta) dias, equipamento defeituoso por outro de mesma característica técnica, quando então, a partir do funcionamento do equipamento substituto, ficará suspensa a contagem do prazo de reparo.

4.10. Reserva-se o TCE-RO o direito de exigir, durante o período de garantia, em comunicação por escrito à contratada, a substituição de equipamento defeituoso por outro novo e para primeiro uso, de marca e modelo iguais ou atualizados ao originalmente ofertado, desde que atendidos todos os requisitos técnicos previstos neste Termo de Referência e seus anexos, nos termos do item 4.10.1.

4.10.1. A substituição a que se refere ao item 4.10 deste Termo deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da confirmação do recebimento da solicitação, nos seguintes casos:

- a) Findo o dobro do prazo estabelecido para reparo, sem que este tenha sido realizado pela contratada e atestado pelo TCE-RO;
- b) Comprovada inviabilidade técnica de reparo do equipamento;
- c) Se o equipamento apresentar o mesmo defeito após ser reparado pela terceira vez, em um período de 90 (noventa) dias, e mediante emissão de relatório de situação pelo TCE-RO, comprovando que o equipamento não está funcionando a contento.

4.10.2. Confirmada a necessidade de substituição de equipamento, a contratada deverá disponibilizar equipamento de mesma característica técnica do original, mantendo os serviços operacionais, até a entrega do equipamento definitivo.

4.10.3. Havendo impossibilidade de substituição por equipamento de marca e modelo iguais ao originalmente fornecido, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser admitida a substituição por outro cujas características técnicas sejam similares ou superiores às do equipamento substituído, no prazo estabelecido no subitem 4.10.1 deste Título.

4.10.4. A substituição a que se refere o subitem 4.10.3 será admitida a critério do TCE-RO, após prévia avaliação técnica quanto às condições de uso e compatibilidade do equipamento ofertado em relação àquele a ser substituído.

4.11. Os prazos estabelecidos no item 4.9 e no subitem 4.10.1 deste Termo incluem todos os procedimentos necessários, tais como a retirada, o transporte, o reparo ou a substituição e a devolução ou a entrega do(s) equipamento(s) ao TCE-RO.

4.12. É de responsabilidade da contratada a retirada, a suas expensas, das dependências do TCE-RO, de equipamento, peça ou componente para reparo e sua posterior devolução após a realização dos reparos, bem como a retirada e a entrega do equipamento no caso de substituição.

4.13. Caso haja necessidade de retirada de equipamentos, peças ou componentes das dependências do TCE-RO para reparo ou substituição, será necessária autorização de saída emitida pela Divisão de Patrimônio, Material e Almoxarifado - DIVPAT, a ser concedida ao funcionário da contratada, formalmente identificado.

4.13.1. A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada de equipamentos, peças ou componentes, será solicitada pelo TCE-RO.

4.13.2. A contratada ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de equipamento, peça ou componente retirado(a) das dependências da contratante para reparo.

4.14. A garantia de funcionamento inclui a cobertura de despesas com viagem, hospedagem e transporte de pessoal da contratada. A garantia de funcionamento inclui, ainda, todas as atualizações disponíveis para o software do (s) equipamento (s), caso aplicável.

CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

4.15. Para o **Grupo 01 (Câmera PTZ)**, recomenda-se que as licitantes interessadas conheçam previamente as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, procedendo este que será feito mediante visita ao (s) local (is) A visita poderá ser agendada junto à Assessoria de Comunicação - ASCOM pelo endereço de e-mail 990693@tce.ro.gov.br de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 horas às 13:00 horas.

- 4.16. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.17. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.18. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração constante no **Anexo B - conhecimento das instalações** -, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes afetos à instalação dos equipamentos, sob pena de responsabilidade do licitante.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 4.19. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, de que os materiais/insumos apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal); seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obedecendo as seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

NATUREZA DO OBJETO

- 4.20. Os bens/serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, haja vista que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.
- 4.21. Em atenção ao art. 20 da Lei 14.133/2021, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os bens/serviços descritos neste termo não possuem características de bem de luxo, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Destaca-se que diversas disposições da Resolução n. 380/2023/TCE-RO, que regulamenta o referido dispositivo legal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, são impossíveis de serem verificadas antecipadamente, demandando que as unidades integrantes da segunda e terceira linha de defesa do controle das contratações (nos termos do art. 169, II e III) aguardem o transcurso natural da instrução processual a fim de certificar a inexistência de controvérsias que exsurjam diante da interação com o mercado, mormente nas pesquisas de preços e impugnações do instrumento convocatório.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.22. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), tendo em vista que o objeto possui baixa complexidade de execução.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

- 4.23. Para o **item 09 do Anexo A - Descrição detalhada dos itens** -, a futura contratada deverá, OBRIGATORIAMENTE, oferecer produtos da marca FUJIFILM.
- 4.24. A exclusividade da marca FUJIFILM para as baterias do item 07 do Anexo Detalhado está fundamentada na Informações constantes no id. 0748033, que evidencia a necessidade de utilização de baterias originais para garantir a total compatibilidade, segurança e integridade técnica das câmeras Fujifilm X-T4. Esta exigência visa evitar prejuízos operacionais e garantir a qualidade das imagens, essenciais para as atividades da ASCOM e ESCON.

DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

- 4.25. Não haverá vedação de marca para a presente contratação.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 4.26. Não haverá exigência de amostra para a presente contratação.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

- 4.27. Não haverá exigência de carta de solidariedade para a presente contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

- 4.28. A subcontratação somente será permitida para os serviços de instalação e treinamento que refere-se aos equipamentos do **Grupo 01 - Câmera PTZ**.
- 4.29. A CONTRATADA poderá optar por essa subcontratação, permanecendo, contudo, integralmente responsável, perante o CONTRATANTE e terceiros, pela execução total do objeto contratual, conforme as especificações deste Termo de Referência, seus anexos e o contrato.
- 4.30. A subcontratação deverá observar, ainda, as disposições do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, ficando condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:
- I – prévia e expressa autorização da Administração;
 - II – comprovação da capacidade técnica da subcontratada para execução das atividades a ela atribuídas;
 - III – manutenção da responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, prazos, desempenho e resultados;
 - IV – inexistência de vínculo jurídico entre a Administração e a subcontratada;
 - V – apresentação, quando solicitado, da documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada.
- 4.31. A subcontratação parcial do grupo não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades legais e contratuais, devendo esta responder integralmente perante a Administração pelos serviços subcontratados.
- 4.32. Quando houver mais de uma empresa subcontratada, os serviços especializados deverão ser coordenados pela CONTRATADA, de forma a garantir a execução harmoniosa e integrada das atividades, mantendo-se sob sua responsabilidade o cumprimento de todas as obrigações contratuais.
- 4.33. Caso os serviços subcontratados não atendam às especificações exigidas, a Fiscalização poderá contestá-los, cabendo à CONTRATADA assumir integralmente o ônus da reexecução, seja por meio de sua própria equipe ou mediante empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

5. METODOLOGIA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

GRUPO 1 - CÂMERA PTZ

5.1. Das condições de entrega, instalação, configuração e treinamento

5.1.1. O prazo de entrega, instalação, configuração e treinamento será o constante da proposta da CONTRATADA, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

5.1.2. O início das atividades de instalação e configuração deverá ser previamente agendado com o TCE-RO.

5.1.3. Todo o cabeamento instalado deverá ser devidamente identificado, etiquetado, testado e certificado.

5.1.4. Todos os procedimentos técnicos adotados pela CONTRATADA durante a instalação deverão observar as orientações do fabricante além de outras estabelecidas pelo TCE-RO.

5.1.5. Os materiais necessários à instalação dos equipamentos, incluindo cabos, conectores e demais itens indispensáveis ao fornecimento que integra o serviço de instalação, serão de responsabilidade da CONTRATANTE. À CONTRATADA competirá apenas o fornecimento dos itens descritos no GRUPO 1 e a execução dos serviços de instalação destes itens, conforme as especificações técnicas estabelecidas.

5.1.6. Local de entrega: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Divisão de Patrimônio, Material e Almoxarifado, situado na Avenida Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP 76.801-327, em dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min.

5.1.7. Local de instalação: A execução dos serviços (instalação e configuração) ocorrerá mediante agendamento prévio com a SEINFRA, pelo telefone (69) 3609-6523, em um dos seguintes endereços do Tribunal:

a) Edifício-Sede: Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Olaria, Porto Velho - RO.

b) Anexo III: Av. Presidente Dutra, nº 4250, Bairro Olaria, Porto Velho - RO.

5.1.8. A execução dos serviços de implantação (instalação e configuração) nas dependências do Tribunal deverá ocorrer, preferencialmente, em dias úteis, no horário compreendido entre 07h30min e 13h30min. Atividades fora deste expediente poderão ser executadas, mediante prévio acordo entre o fiscal do contrato e a Contratada, sem custos adicionais.

5.1.9. É da responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.

5.1.10. O material (nacional ou importado) deve ser entregue contendo no rótulo todas as informações sobre ele, em língua portuguesa.

5.1.11. Caso o objeto ofertado seja importado, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

5.1.12. A instalação dos equipamentos deverá observar todas as orientações e layouts fornecidos pela ASCOM e SEINFRA.

5.2. DO TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL

5.2.1. A CONTRATADA deverá concluir, dentro do prazo de entrega estabelecido no item 5.1.1 deste Termo de referência, a instalação, configuração e o treinamento técnico-operacional.

5.2.2. As atividades serão agendadas pela CONTRATADA e deverão ser iniciadas em até 5 (cinco) dias úteis, contados do término da instalação dos equipamentos.

5.2.3. O treinamento será realizado em apenas uma ocasião, quando da primeira entrega, com data de início conforme estabelecido no item 5.2.2, deste Termo de referência.

5.2.4. O treinamento deverá ser realizado de forma presencial, abordando aspectos de instalação, configuração e resolução de problemas das estações de trabalho e do software fornecido. Serão incluídos também procedimentos para manutenções básicas e orientações para o primeiro atendimento em caso de falhas no funcionamento.

5.2.5. O treinamento técnico-operacional deverá possuir carga horária conforme recomendação do fabricante do sistema, não devendo ser inferior a 4 (quatro) horas/aula. Deverá ser ministrado para até 12 (doze) pessoas, em turma única.

5.2.6. Os treinamentos deverão ser feitos em língua portuguesa e deverão ser ministrados por funcionário da empresa ou do próprio fabricante com conhecimento específico dos equipamentos e suas funcionalidades.

5.2.7. Os treinamentos serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, em Porto Velho/RO. As instalações para a realização do treinamento serão de responsabilidade da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA indicar preliminarmente quais os recursos audiovisuais se farão necessários.

5.2.8. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA todo o material didático necessário, tais como apostilas, livros, lápis, caneta e bloco de anotações.

5.2.9. O(s) instrutor(es) deverá(ão) ser habilitado(s) pelo(s) fabricante(s) do equipamento, ou por agentes expressamente autorizados pelo(s) fabricante(s) a ministrar o treinamento técnico e operacional, devendo para tanto possuir conhecimento tanto de instalação, configuração, operação e resolução de problemas.

5.2.10. A CONTRATADA deverá, ao início da instalação da solução, apresentar documento que comprove que o(s) instrutor(es) por ela indicado(s) é(são) habilitado(s) pelo(s) fabricante(s) do equipamento fornecido, ou por agentes expressamente autorizados pelo(s) fabricante(s) a ministrar os treinamento técnico e operacional.

5.2.11. Caso o treinamento seja considerado insatisfatório, o TCE-RO poderá exigir através de manifestação formal a sua repetição ou reforço nos tópicos que foram julgados insuficientes, inclusive com substituição do instrutor.

5.2.12. A CONTRATADA deverá informar ao TCE-RO, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do treinamento, o(s) nome(s) e número(s) de identificação do(s) responsável(is) pelo treinamento para que seja providenciado, junto à Assessoria de Segurança Institucional, a devida autorização de entrada.

5.2.13. A avaliação dos treinamentos e do(s) instrutor(es) será feita por meio de aplicação de questionário, que será formulado pela Escola Superior de Contas - ESCon e deverá possuir nota avaliativa abordando grau de satisfação, em escala que varia de 1 (péssimo) a 10 (excelente).

5.2.14. O treinamento deverá ser refeito e o instrutor substituído caso a avaliação realizada pela Escola Superior de Contas resulte em uma nota média insatisfatória.

5.3. DOS DEMAIS ITENS

5.3.1. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, na Divisão de Patrimônio, Material e Almoxarifado, situado na Avenida Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP 76.801-327, em dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min;

5.3.2. O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil do recebimento da Ordem de Fornecimento ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

5.3.3. A entrega dos produtos no local indicado ficará a cargo da CONTRATADA, a quem caberá providenciar o transporte e mão de obra necessária, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

5.3.4. A CONTRATADA deverá entregar os produtos de maneira que seja possível conferir, separadamente, de forma que facilite a contagem e controle destes.

5.3.5. Caso os prazos e condições acima mencionados não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

CONVOCAÇÃO DO FORNECEDOR

5.4. A comunicação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela empresa em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Ordem de Serviços, se for o caso, para assinatura via sistema SEI!. Através do mesmo endereço eletrônico, o TCE-RO enviará as comunicações necessárias durante a execução do objeto.

5.5. A devolução da Ordem de Serviços devidamente assinada será no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do comunicado e-mail. No caso de empresas fora do Estado de Rondônia, somente em último caso será utilizado o sistema postal físico (Correios), nesta situação o prazo de 3 (três) dias úteis será para realizar a postagem da documentação, sendo excluído da contagem de prazo os dias necessários para o Correios entregarem a postagem.

5.6. A recusa da empresa em formalizar a contratação no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizar-se-á como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a aplicação de penalidades na forma prevista neste documento.

RECEBIMENTO DO OBJETO

5.7. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações e os Regulamentos internos deste TCE-RO, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

5.8. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, será recebido da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, de forma sumária, no prazo de **3 (três) dias úteis**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.9. Constatada qualquer irregularidade, o objeto poderá ser rejeito no todo ou em parte, e a empresa será, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e legislação vigente. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

5.10. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite do servidor/comissão designado como fiscal da contratação, da importância correspondente ao fornecimento efetuado, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, conforme dispõe a RESOLUÇÃO N. 383/2023/TCE-RO.

6.2. O prazo para pagamento poderá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

6.3. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho correspondente.

6.4. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido no edital não será aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

6.5. A devolução da nota fiscal não aprovada por este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

6.6. Forma de pagamento: pagamento total, conforme os quantitativos solicitados na ordem de execução.

6.7. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

7. REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. PENALIDADES

8.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na [Lei n. 14.133/2021](#) e nos termos da [Resolução n. 382/2023/TCE-RO](#) e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:

I - Advertência;

II - Multa moratória;

III - Multa contratual;

IV - Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

8.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

8.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
Até 10 dias	1%	R\$ 1.000,00
entre 11 e 30 dias	0,82%	
entre 31 e 45 dias	0,71%	
entre 46 e 60 dias	0,65%	
a partir de 61 dias	0,50%	

Tabela 01: Limites para aplicação de multa moratória

8.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

9. HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 9.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 9.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social;
- 9.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 9.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.
- 9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 9.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.8. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;
- 9.9. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.10. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.11. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;

QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Justificativa para não exigência de qualificação econômico-financeira

- 9.12. A Lei n. 14.133/2021 não mais exige a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, cabe a Administração Pública avaliar se a empresa que está em recuperação judicial apresenta viabilidade financeira para execução do contrato, bem como deve se abster de definir índices não usualmente adotados

no mercado para a avaliação da situação econômico-financeira da empresa, nos termos do art. 69, § 1º, da lei em comento ([Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023, p. 579-580](#)).

9.13. Assim, justifica-se a não exigência de certidão negativa de recuperação judicial para a presente contratação, essa decisão se fundamenta na natureza do objeto a ser contratado, com entrega imediata, e nas características de baixa complexidade da sua execução.

9.14. Nesse mesmo sentido, além dos argumentos acima expostos, justifica-se a não exigência dos balanços patrimoniais da contratada em razão do baixo valor da contratação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.15. Justifica-se a necessidade da exigência de qualificação técnica especificamente para o **GRUPO 01 - CÂMERA PTZ** em virtude da complexidade e especificidade dos equipamentos envolvidos. As câmeras PTZ são dispositivos tecnológicos avançados que requerem conhecimento especializado tanto para sua instalação quanto para a configuração adequada.

9.16. A apresentação de um atestado de capacidade técnica é fundamental para assegurar que a empresa contratada possui experiência comprovada em projetos similares, reduzindo os riscos de falhas que possam comprometer o funcionamento do sistema. Assim, é essencial que a empresa demonstre sua competência técnica, garantindo que a instalação será realizada de acordo com as melhores práticas do mercado. A experiência da futura contratada também é vital para garantir um suporte técnico eficiente e a realização de manutenções quando necessário, contribuindo para a continuidade do funcionamento do sistema.

9.17. Além disso, a conformidade com normas e regulamentos técnicos é um aspecto crucial, e um atestado de capacidade técnica atesta que a empresa está apta a atender tais exigências. Portanto, a solicitação desse documento visa assegurar que a contratação será feita com um fornecedor qualificado, capaz de atender a todas as demandas relacionadas ao fornecimento e à instalação das câmeras PTZ de forma segura e eficaz.

CAPACIDADE TÉCNICA

9.18. Exclusivamente para o **GRUPO 01 - CÂMERA PTZ**, serão exigidos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Esses atestados devem comprovar que a licitante forneceu, de forma satisfatória, objetos similares ao da contratação, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das dimensões do objeto do certame.

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
- Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando quando solicitado pela Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE, bem como local e condições em que foram prestados os serviços.

DECLARAÇÕES LEGAIS

9.19. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;

9.20. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);

9.21. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);

9.22. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);

9.23. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);

9.24. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);

9.25. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.

9.26. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

9.27. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização será exercida por:

Função	Nome Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail
Fiscal	Ney Luiz Santana	443	(69) 3609-6470	443@tce.ro.gov.br
Suplente	Márcio dos Santos Alves	990688	(69) 3609-6506	990688@tce.ro.gov.br

10.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Regulamentos internos deste TCE-RO.

10.3. Compete ao Fiscal/Comissão de fiscalização:

- zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
- indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

10.4. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

10.5. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução.

11. PRAZOS

11.1. **DE ENTREGA:** Para o **grupo 01** deverá ser observado o disposto no item 5.1. e para os **demais itens** deverá ser observado o prazo disposto no item 5.3 deste Termo de Referência.

11.2. **DE GARANTIA:** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deve ser igual ou superior ao prazo estipulado no **Anexo A - Descrição detalhada dos itens** - deste Termo de Referência. Esse prazo deverá ser contado a partir do primeiro dia útil após a data do recebimento provisório do objeto;

11.3. **DE ATENDIMENTO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA:** Informações relativas à garantia e assistência técnica, incluindo prazos e condições, encontram-se discriminados a partir do item 4.3 deste Termo de Referência;

11.4. **O PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados ao FDI - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme a seguinte Ação Programática: 1220.2977 (Gerir as atividades da escola de contas); Elemento de Despesa: 4.4.90.52.

13.2. As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia.

14. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

14.1. O fornecedor será selecionado, com adoção do critério de julgamento pelo "**MENOR PREÇO POR GRUPO**" referente aos GRUPOS 1 e 02. Para os demais, será adotado o critério de julgamento será "**MENOR PREÇO POR ITEM**".

14.1.1. A adoção do método de adjudicação por agrupamento encontra justificativa na busca pela obtenção de propostas mais vantajosas, na promoção da eficiência no processo de contratação e na facilitação do acompanhamento da execução contratual. Este procedimento está em conformidade com os princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estipulado na legislação vigente sobre licitações. Além disso, ao agrupar itens ou serviços similares, pode-se alcançar economias de escala e otimizar recursos, contribuindo para uma gestão mais eficaz dos recursos públicos.

14.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

15. PREVISÃO DE FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação deste Termo de Referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

15.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

15.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

- I. Cotação de objeto diverso;
- II. Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- III. Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- IV. Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;
- V. Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;
- VI. Proposta definitiva e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

16. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DAS PARTES

16.1. As obrigações (deveres) da licitante/contratada e da contratante estão elencadas no **Anexo C - Obrigação das partes** -, do presente Termo de Referência.

17. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E/OU CANCELAMENTO DA ATA

17.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.2. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

17.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independentemente de outras penalidades.

17.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, CONSÓRCIOS E PESSOAS FÍSICAS

DAS COOPERATIVAS

18.1. A participação de cooperativas fica autorizada, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação possui natureza de fornecimento de bens comuns.

18.2. A cooperativa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o objeto da contratação, bem como atender integralmente às exigências de habilitação e qualificação previstas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO

18.3. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio.

18.4. A vedação justifica-se em razão de o objeto consistir em fornecimento de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica ou vulto econômico que demande a conjugação de capacidades empresariais.

18.5. Além disso, a admissão de consórcio, no presente caso, não tende a ampliar a competitividade, podendo acarretar maior complexidade na gestão contratual e na fiscalização da execução.

DAS PESSOAS FÍSICAS

18.6. Fica vedada a participação de pessoas físicas no presente certame.

18.7. A vedação decorre da necessidade de garantia de capacidade operacional mínima, regularidade fiscal e suporte técnico compatíveis com as obrigações decorrentes da contratação, especialmente quanto à entrega, garantia, assistência técnica e eventual substituição dos equipamentos fornecidos.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

19.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (*e-mail*) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

19.3. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

19.4. Devem ser respeitadas, quando do deslocamento às instalações do TCE-RO e da consulta ao processo administrativo, as regras de conduta prescritas pela Resolução nº 90/2012 – Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e pela Resolução nº 93/2012 – Regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Não existem condições especiais aplicadas ao objeto.

19.5. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios do Tribunal, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que esta Corte venha a sofrer.

20. ANEXOS

20.1. Compõem o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) **ANEXO A** - Descrição detalhada dos itens;
- b) **ANEXO B** - Declaração de conhecimento das instalações;
- c) **ANEXO C** - Obrigações das partes;
- d) **ANEXO D** - Declarações legais;
- e) **ANEXO E** - *Layout* descritivo - **Plenário do Tribunal de Contas**;
- f) **ANEXO F** - *Layout* descritivo - **Estúdio da Escola Superior de Contas**;
- g) **ANEXO G** - *Layout* descritivo - **Sala Multifuncional da Escola Superior de Contas**;
- h) **ANEXO H** - *Layout* descritivo - **Auditório da Escola Superior de Contas**.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LEWIS CHAVES, Assessor(a) I**, em 19/05/2026, às 11:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE SANTANA COSTA, Assessor(a) I**, em 19/05/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL RODRIGUES DA SILVA, Chefe**, em 19/05/2026, às 11:43, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.br/validar>, informando o código verificador **1051099** e o código CRC **519634CD**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A - 0919942

ANEXO A - DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

GRUPO 01 - CÂMERA PTZ				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	MODELOS DE REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	<p>CÂMERA PTZ</p> <p>Sensor de imagem: CMOS, com tamanho mínimo de 1/2.8" e resolução mínima de 8 MP;</p> <p>Zoom Óptico: Mínimo de 20x</p> <p>Ângulo de Visão Horizontal: Mínimo 60°</p> <p>Resolução de Vídeo: 4K UHD (3840 × 2160);</p> <p>Taxa de Quadros (fps): Mínimo 60fps em Full HD (1080p)</p> <p>Estabilização de Imagem: estabilização digital com redução de ruído 2D e 3D;</p> <p>Saídas de Vídeo: HDMI com suporte a 4K, SDI (mínimo 3G-SDI) e interface USB (UVC) ou LAN, permitindo múltiplas saídas simultâneas;</p> <p>Protocolos de Rede: compatibilidade mínima com RTSP e RTMP;</p> <p>Alimentação: DC 12V, com suporte a PoE (Power over Ethernet) padrão IEEE</p> <p>Configuração e Monitoramento: compatibilidade com protocolo VISCA;</p> <p>Idioma do Menu/Interface Web: Suporte ao idioma Português;</p> <p>Garantia: mínima de 12 meses;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • NEOID PTZ NDI 4K • CÂMERA PTZ SEEONE UV-590 NDI 4K • CÂMERA PTZ 4K20N-IA PROSTREAM 	UNIDADE	21
02	<p>MESA CONTROLADORA PTZ (DEVE SER COMPATÍVEL COM ITEM 03 OFERTADO)</p> <p>Interfaces: RJ45 (LAN) e portas seriais RS-232, RS-422 e RS-485;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • NEOiD PTZ Controller IP PRO • Controladora seeone kbd-4000 	UNIDADE	6

	<p>Protocolos suportados: compatibilidade mínima com VISCA, VISCA over IP;</p> <p>Número de câmeras controláveis: capacidade para controlar mínimo de 26 câmeras PTZ;</p> <p>Taxa de transmissão (baud rate): suporte aos baud rates 2400, 4800, 9600, 19200 e 38400 bps.</p> <p>Atalhos de câmera: presença de teclas físicas programáveis para seleção rápida de câmeras e execução de comandos;</p> <p>Joystick: joystick profissional com controle mínimo de 4 direções (Pan, Tilt, Zoom e Foco);</p> <p>Alimentação: alimentação por DC 12V, com suporte a PoE (Power over Ethernet);</p> <p>Display: display integrado tipo LCD;</p> <p>Garantia: 12 meses</p>	<ul style="list-style-type: none"> Controle de PTZ Controller-GO II Prostream 		
03	<p>INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, DOS EQUIPAMENTOS DO GRUPO 01 (CÂMERA PTZ)</p> <p>Os materiais necessários à instalação dos equipamentos, incluindo cabos, conectores e demais itens indispensáveis ao fornecimento que integra o serviço de instalação, serão de responsabilidade da CONTRATANTE. À CONTRATADA competirá apenas o fornecimento dos itens descritos nos ITENS 1 e 2 e a execução dos serviços de instalação destes itens, conforme as especificações técnicas estabelecidas.</p> <p>Os requisitos do treinamento estão estabelecidos no item 5.3. do TR.</p> <p>Para participar do grupo 01 (Câmera PTZ), o licitante deverá apresentar a declaração constante no Anexo B - conhecimento das instalações.</p>	-	SERVIÇO	01

GRUPO 02 - CÂMERA DSLR				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	MODELOS DE REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
04	CÂMERA DSLR PROFISSIONAL Sensor: Full Frame CMOS; Resolução de Vídeo: 4K (3840 × 2160), com gravação de até 60 fps; Resolução de Fotos: mínima de 24 megapixels; Sensibilidade ISO: faixa mínima de ISO 100 a 51.200; Gravação de Vídeo: compatível com codecs H.264 e/ou H.265, em contêineres MP4 ou MOV; Montagem de Lente: sistema de montagem intercambiável; Entradas e Saídas: entrada para microfone externo (3,5 mm) e porta USB-C (USB 3.2 ou superior); Bateria (Inclusa kit): bateria recarregável inclusa no kit, padrão do fabricante; Garantia: 12 meses;	<ul style="list-style-type: none"> • Sony Alpha 7 IV (A7 IV) • Canon EOS R6 Mark II • Panasonic Lumix S5 II 	UNIDADE	02
05	LENTE 24-70mm compatível com CÂMERA DSLR PROFISSIONAL Distância Focal: 24–70 mm; Abertura: Máxima: f/2.8 constante em toda a faixa de zoom; Distância Mínima de Foco: igual ou inferior a 0,37 m; Ângulo de Visão: mínimo de 34° a 84°; Garantia: 12 meses;	<ul style="list-style-type: none"> • Sony FE 24-70mm f/2.8 GM II (G Master) • Canon RF 24-70mm f/2.8 L IS USM • Panasonic Lumix S PRO 24-70mm f/2.8 	UNIDADE	02

ITENS AVULSOS				
Item	Descrição detalhada		Unidade de medida	Quantidade
06	CÂMERA FILMADORA PROFISSIONAL 4K Tipo: Camcorder profissional 4K para produções Resolução: Sensor CMOS ou MOS de 1.0", com resolução mínima aproximada de 8 megapixels;	<ul style="list-style-type: none"> • Panasonic AG-CX350 • Sony PXW-Z90 • Canon XF605 	UNIDADE	01

	<p>Zoom óptico: mínimo de 12x; Resolução de Gravação: 4K UHD (3840 × 2160), com gravação mínima de 30 fps, admitindo até 60 fps como diferencial; Entradas: mínimo de 2 entradas XLR para microfones; Saídas: 1 SDI (mínimo 3G-SDI) e 1 HDMI; Wi-Fi: Wi-Fi integrado; USB: mínimo de 1 porta USB;</p> <p>Garantia: 12 meses;</p>			
07	<p>CÂMERA FOTOGRÁFICA SEMIPROFISSIONAL</p> <p>Resolução do Sensor: CMOS ou BSI CMOS no formato 1/2.3", com resolução mínima de 16 megapixels; ISO: faixa mínima de ISO 100 a 3200; Resolução de Gravação de Vídeo: gravação mínima em Full HD (1920 × 1080) a 30 fps ou superior; Tela: LCD de no mínimo 3,0 polegadas; Estabilização: estabilização óptica de imagem (OIS) ou tecnologia equivalente do fabricante; Lente do Kit: lente integrada de fábrica, não intercambiável; Zoom óptico: mínimo de 52x.</p> <p>Garantia: 12 meses;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Panasonic LUMIX FZ80 (FZ82) • Canon PowerShot SX70 HS • Kodak Pixpro Az528 	UNIDADE	05
08	<p>BATERIAS FUJIFILM NP-W235 PARA CÂMERA FUJIFILM X-T4</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses.</p>	Fujifilm NP-W235	UNIDADE	10
09	<p>ESTABILIZADOR GIMBAL PARA CÂMERA DSLR</p> <p>Capacidade de Carga: mínima de 2,5 kg, compatível com câmeras e lentes profissionais; Peso do Gimbal (aprox.): peso máximo 1,67kg Duração da Bateria: mínimo de 12 hora; Tempo de Recarga: até 2h30min; Tela: display integrado touchscreen;</p> <p>Garantia: 90 dias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DJI RS 4 • ZHIYUN CRANE 4 • FeiyuTech SCORP 2 	UNIDADE	01

10	<p>OCTABOX BOWENS</p> <p>Formato: Parabólico ou Octagonal Diâmetro: 65 cm Profundidade: Mínimo 33 cm Montagem: sistema de abertura rápida Itens Inclusos: Softbox, difusores interno e externo, grid (colmeia), bolsa de transporte Material: Tecido externo em nylon ou material equivalente resistente, com interior refletivo prateado. Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Equifoto FLIP 65cm • Triopo K65 (K2-65) • Greika GKH-65 / GK-65 	UNIDADE	11
11	<p>MOCHILA FOTOGRÁFICA</p> <p>Capacidade: Mínimo: 22 litros. Material: Compartimento principal acolchoado destinado ao transporte de câmera e lentes. Divisórias internas ajustáveis e removíveis, com fixação em velcro ou sistema equivalente. Externo: confeccionada em nylon ou poliéster de alta resistência, com tratamento contra abrasão e respingos de água; Zíperes: Resistentes e duráveis; Impermeabilidade: mínimo semi-impermeável, devendo possuir capa de chuva inclusa ou revestimento interno impermeável; Garantia: Mínimo de 03 meses.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mochila West New VMB • Mochila K&f 25 L Fotografica • Mochila Ferndean Professional Er-7491b 	UNIDADE	02
12	<p>TELEVISÃO LED 32</p> <p>Resolução: Mínimo de resolução HD (1366 x 768) Tamanho da Tela: 32 polegadas HDR: Suporte a HDR Conectividade: Conectividade Wi-Fi para acesso à internet Conectores: Mínimo de 2 entradas HDMI e 1x USB Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Samsung Smart TV 32" HD H5000F 2025 • TCL HD S5400A (Google TV) • Smart TV 32" LG HD 32LR600B 	UNIDADE	03

13	TELEVISÃO 50 POLEGADAS Tamanho da Tela: Tela de 50 polegadas Resolução: Mínimo de resolução 4K UHD HDR: Suporte a HDR Tipo de tela: LED Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth HDMI: Mínimo de 3 entradas HDMI para conectar dispositivos Porta Ethernet: Porta Ethernet Taxa de atualização: 60Hz Cor: Preto Tipo de TV: Smart TV Garantia: Mínimo de 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Smart Tv Philips 50 4k 50pug7300 • Smart TV 4K 50" LG NanoCell 50NANOA • Smart Tv U8600f Crystal Samsung 	UNIDADE	01
14	SUPORTE ARTICULADO PARA TV 32 a 50 POLEGADAS Compatibilidade Suporte para TVs: Mínimo para TVs de 14 a 55 polegadas Peso Suportado: Mínimo de 25 kg de peso suportado Inclinação: Mínimo de 15° de inclinação Material: estrutura fabricada em aço carbono ou aço de alta resistência, com acabamento anticorrosivo (pintura epóxi ou equivalente); Ajuste de Altura: articulado, permitindo ajuste de inclinação e movimento lateral; Garantia: Mínimo de 12 meses.	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte Tv Triarticulado Multivisão CHEAP-PR TV de 14 a 55p • Suporte Articulado Panda Suptv 14 a 55p • VELLOX SUPORTE TRI-14/55 Articulado de Parede para TV LCD 14 a 55 	UNIDADE	05
15	SUPORTE PEDESTAL PARA TV 32 POLEGADAS Compatibilidade Suporte para TVs: Mínimo para TVs de 32 a 70 polegadas Peso suportado: Mínimo de 40 kg de peso suportado Material: Estrutura principal em aço carbono Ajuste de Altura: Permite ajuste de altura telescópico, com faixa mínima de ajuste compreendida entre 1,10 m e 1,50 m; Garantia: Mínimo de 12 meses.	<ul style="list-style-type: none"> • PED-08 • A06V6_PRO (ELG) • AVA1500-60-1P-NB 	UNIDADE	03
16	MESA DE SOM Canais: Mínimo 16 canais	<ul style="list-style-type: none"> • Mesa de Som Profissional 16 	UNIDADE	04

	<p>Pré-amplificadores: min de 12 nas entradas XLR ou combo</p> <p>Equalização: 3 bandas canais</p> <p>Entradas: No mínimo 12 XLR</p> <p>Saídas: Main Out (XLR), Control Room Out, Fone</p> <p>AUX Sends: No mínimo 2</p> <p>Construção: Chassi metálico</p> <p>Phantom Power: Sim (+48V)</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	<p>Canais Az Audio AZM16FX USB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mesa De Som Tklbls L-16 18 Canais • Mesa Soundvoice Mp 166 16 Canais 		
17	<p>CAIXA DE SOM</p> <p>Tipo: Ativo, mínimo de 2 vias</p> <p>Woofers: Mínimo de 8 polegadas</p> <p>Tweeter: Mínimo de 1 polegada</p> <p>Potência Total: Mínimo de 90W de potência</p> <p>Conectividade: bluetooth, USB, Auxiliar, Entradas Mic/Line</p> <p>Materiais do Gabinete: material resistente, podendo ser MDF, plástico ABS injetado ou material equivalente de alta resistência;</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa De Som Ativa 8 110w Rms K Audio Kba 8 • Alto-falante Donner Saga 8 Ativa Portátil Com Bluetooth Preto • Caixa Csr 770a 8 Com 100w Rms Csr 	UNIDADE	04
18	<p>PODCAST RECORDER</p> <p>Entradas de Microfone: mínimo de 4 entradas XLR ou combo XLR/TRS;</p> <p>Saídas de Fone de Ouvido: mínimo de 4 saídas independentes;</p> <p>Pads de Som: mínimo de 4 pads físicos;</p> <p>Mídia de gravação: gravação multipista cartão SD ou microSD</p> <p>Alimentação: alimentação via fonte AC ou USB ou USB-C (Power Delivery)</p> <p>Garantia: 3 meses</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Zoom Podtrak P4 • Tascam Mixcast 4 • RØDECaster Pro II 	UNIDADE	04
19	<p>MESA DE CORTE DE VÍDEO (SWITCHER)</p> <p>Resolução Suportada (entrada): suporte mínimo a Full HD (1920 × 1080) até 60 fps;</p> <p>Resolução Suportada (saída): Full HD (1920 × 1080) até 60 fps.</p> <p>Entradas de Vídeo: mínimo de 4 entradas HDMI independentes.</p> <p>Tipo de Comutação: comutação por botões físicos, com suporte a CUT e AUTO, sendo aceito T-Bar físico como recurso adicional.</p> <p>Codificação e Gravação de Vídeo: saída USB 3.0 UVC.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Blackmagic ATEM Mini Pro • Feelworld Livepro L1 • RGBlink Mini 	UNIDADE	01

	<p>Conectividade de Rede: porta LAN (Ethernet) para controle via software e/ou streaming.</p> <p>Áudio de entrada: mínimo de 1 entrada analógica P2 (3,5 mm estéreo).</p> <p>Áudio de saída: saída de áudio integrada via HDMI ou USB, sendo aceita saída P2 dedicada como diferencial.</p> <p>Saída Multiview: suporte a visualização multiview, integrada ou via saída HDMI;</p> <p>Recursos Adicionais: suporte a Picture-in-Picture (PiP), efeitos de transição e inserção básica de gráficos ou logotipos.</p> <p>Conectividade e Integração: modo plug-and-play;</p>			
20	<p>INTERFACE DE ÁUDIO</p> <p>Quantidade de entradas: mínimo 2 entradas podendo ser 1 XLR e 1 P10 ou 2 combo XLR/P10;</p> <p>Quantidade de saídas: mínimo de 2 (RCA L/R) + 1 Fone de ouvido ou 2 (P10 TRS L/R) + 1 Fone de ouvido</p> <p>Taxa de amostragem: mínima de 48 kHz/24-bit</p> <p>Phantom Power: Sim (+48V)</p> <p>Tipos de conexões: USB 2.0, XLR (in), P10 (in/fone), podendo ser aceito RCA (out)</p> <p>Garantia: 12 meses</p>	<ul style="list-style-type: none"> Interface de Áudio Steinberg UR12 Interface de Áudio M-Audio M-Track II Interface de Áudio Native Instruments Komplete Audio 2 	UNIDADE	01
21	<p>SISTEMA DE VÍDEO WIRELESS 4K UHD SDI/HDMI SEM FIO</p> <p>Tipo de Conexão: Sistema de transmissão de vídeo sem fio (Wireless)</p> <p>Distância de Transmissão: Mínimo de 200m de alcance</p> <p>Resolução de Transmissão: Mínimo de transmissão em 1080p60</p> <p>Entradas e Saídas de Vídeo: No mínimo 1 entrada e saída HDMI</p> <p>Latência: No máximo 0.12s (120ms)</p> <p>Frequência de Operação: Operação na faixa de frequência de 5 GHz</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses.</p>	<ul style="list-style-type: none"> VNBBS 400M VRRIS 200m Lemorele Baixa Latência 	UNIDADE	01
22	<p>FONES PROFISSIONAL PARA EDIÇÃO</p> <p>Tipo: Circumaural fechado (over-ear)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fones de ouvido Sennheiser 	UNIDADE	08

<p>Resposta de frequência: 10 Hz a 22.000 kHz</p> <p>Impedância: mínimo 38ohms</p> <p>Sensibilidade: Mínimo de 99 dB</p> <p>Peso: Máximo de 311g</p> <p>Conector: P2 (3,5 mm)</p> <p>Cabo: Destacável ou fixo com mínimo de 1m</p> <p>Isolamento acústico: Alto nível de atenuação de ruído ambiente</p> <p>Conforto: Design ergonômico para uso prolongado</p> <p>Acessórios: Incluir capa de transporte e adaptador P2 para P10</p> <p>Garantia: Mínimo de 24meses.</p>	<p>Professional HD 280 PRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fone de Ouvido Audio Technica ATH-M50x • Fone De Ouvido Shure Srh440 		
--	--	--	--



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE SANTANA COSTA, Assessor(a) I**, em 01/04/2026, às 15:27, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LEWIS CHAVES, Assessor(a) I**, em 01/04/2026, às 15:29, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1030623** e o código CRC **1AA51534**.

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO B

1. **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INSTALAÇÕES (EXCLUSIVO PARA O GRUPO 1 - CÂMERA PTZ)**

Referência: Pregão Eletrônico nº _____.

Data: ____ / ____ / ____.

Empresa: (nome da Licitante).

A empresa acima identificada atesta que, por meio de seu representante legal ou empregado/preposto por ele indicado, Sr.(a) _____(nome), _____(nome),

() **OPÇÃO 1: NÃO** efetuou vistoria nas dependências do TCE-RO e Escola Superior de Contas - ESCon, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências do edital, nas condições e características verificadas no momento da execução do objeto contratado, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto da referida Licitação, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

() **OPÇÃO 2: EFETUOU** vistoria nas dependências do TCE-RO e Escola Superior de Contas - ESCon, recebendo informações para o cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Declara ainda que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto à instalação e configuração dos equipamentos, bem como quanto ao modo, condições e locais de instalação, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

Representante da Empresa:

_____(nome e assinatura) _____

Representante do TCE-RO:

_____(carimbo e assinatura) _____



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE SANTANA COSTA, Assessor(a) I**, em 18/03/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LEWIS CHAVES, Assessor(a) I**, em 19/03/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1021398** e o código CRC **5C8C3936**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1021398

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO C

ANEXO C - OBRIGAÇÕES DAS PARTES (FORNECIMENTO E SERVIÇOS)

1. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATADO

- 1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto neste Termo de Referência;
- 1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência da ata;
- 1.3. Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 1.4. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 1.5. Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 1.6. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 1.7. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 1.8. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 1.9. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital, atentando-se ao prazo de reparo e substituições previstos no item 4.3 e seguintes do Termo de Referência;
- 1.10. Respeitar os prazos previstos em edital;
- 1.11. Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 1.12. Prestar garantia dos produtos, conforme disposto no tópico “Garantia e assistência técnica”;
- 1.13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à vencedora da licitação; e
- 1.14. Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto;
- 1.15. Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência qualquer ocorrência;
- 1.16. Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;
- 1.17. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao

serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

1.18. Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do CONTRATANTE;

1.19. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento e/ou serviço contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

1.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;

1.21. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e/ou prestação de serviços, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

1.22. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando na entrega ou execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

1.23. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do Tribunal ou a terceiros, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, quando do fornecimento/execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pelo Tribunal;

1.24. Comunicar à Administração do Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

1.25. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

1.26. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens ou serviços, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

1.27. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

1.28. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os manuais disponíveis e os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

1.29. Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;

1.30. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;

1.31. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

1.32. O não cumprimento do disposto neste anexo faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo a vencedora da licitação, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis; e

1.33. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

2. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATANTE

2.1. Efetuar o registro da licitante classificada em primeiro lugar, firmando a correspondente ata de registro de preços;

2.2. Conduzir o procedimento relativo à eventual renegociação do(s) preço(s) registrado(s);

2.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos produtos, além de comunicar eventuais irregularidades observadas na execução do fornecimento, efetuando, inclusive, o aceite das Notas

Fiscais/Faturas;

- 2.4. Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;
- 2.5. Assegurar à vencedora da licitação livre acesso às suas dependências por ocasião da entrega dos produtos, desde que os responsáveis pela entrega sejam devidamente identificados;
- 2.6. Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;:
- 2.7. Prestar aos empregados da vencedora da licitação todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o fornecimento dos produtos;
- 2.8. Notificar expressamente a vencedora da licitação sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento requerendo a adoção das medidas corretivas necessárias;
- 2.9. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 2.10. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 2.11. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 2.12. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- 2.14. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- 2.15. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- 2.16. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- 2.17. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei; e
- 2.18. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

3. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

- 3.1. Caberá ao CONTRATADO, ainda:
 - 3.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
 - 3.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
 - 3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
 - 3.5. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
-



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE SANTANA COSTA, Assessor(a) I**, em 18/03/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LEWIS CHAVES, Assessor(a) I**, em 19/03/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1021399** e o código CRC **5630A3A0**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1021399

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO D

MODELO DE DECLARAÇÕES

1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público

Declaro que a empresa não está impedida de participar de contratações promovidas por órgãos ou entidades públicas.

2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso)

Declaro que a empresa se enquadra / não se enquadra como microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I)

Declaro que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do AVISO e dos seus anexos, concordando com suas condições, atendendo aos requisitos de habilitação e respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I).

4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º)

Declaro que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º).

5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)

Declaro que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)

6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III)

Declaro que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.

Declaro que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para habilitação no aviso de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

8. Declaração de emprego de menor

Declaro que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9. Declaração padronizada de inexistência do vínculo com o TCE/RO

A empresa (INSERIR NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº [INSERIR Nº DO CNPJ], com sede em [INSERIR ENDEREÇO DA EMPRESA], neste ato representada por (INSERIR REPRESENTANTE LEGAL), doravante denominado Proponente, para fins de participação na Licitação nº (INSERIR Nº DA LICITAÇÃO) ou Contratação Direta nº (INSERIR Nº DA CONTRATAÇÃO DIRETA), promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, DECLARA, para os devidos fins, que:

a) não possui, em seu quadro funcional ou em sua composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, bem como não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, nem com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tampouco com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

b) compromete-se, em caso de êxito na presente contratação, a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

Declara, ainda, que a presente declaração é prestada de boa-fé e de forma voluntária, assumindo a Proponente inteira responsabilidade pela veracidade das informações nela contidas.

_____ - ____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE SANTANA COSTA, Assessor(a) I**, em 18/03/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LEWIS CHAVES, Assessor(a) I**, em 19/03/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1021406** e o código CRC **D6B8E7EA**.

camera ptz

PTZ LIBRAS

PTZ LATERAL

PTZ LATERAL

tv

tv

PTZ LATERAL

PTZ LATERAL

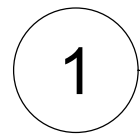
O objetivo principal da aquisição de um microfone gooseneck é atender à demanda de comunicação em ambientes que exigem clareza e precisão na captação de voz, como salas de conferências, auditórios, tribunais, plenários e ambientes corporativos. Este tipo de microfone é essencial para garantir a qualidade das reuniões e eventos, proporcionando uma captação de áudio superior e minimizando ruídos e interferências.

[PLENÁRIO TCE-RO]

PTZ CENTRAL

switcher de controle

controle de som



ESCALA 1:50

LEGENDA

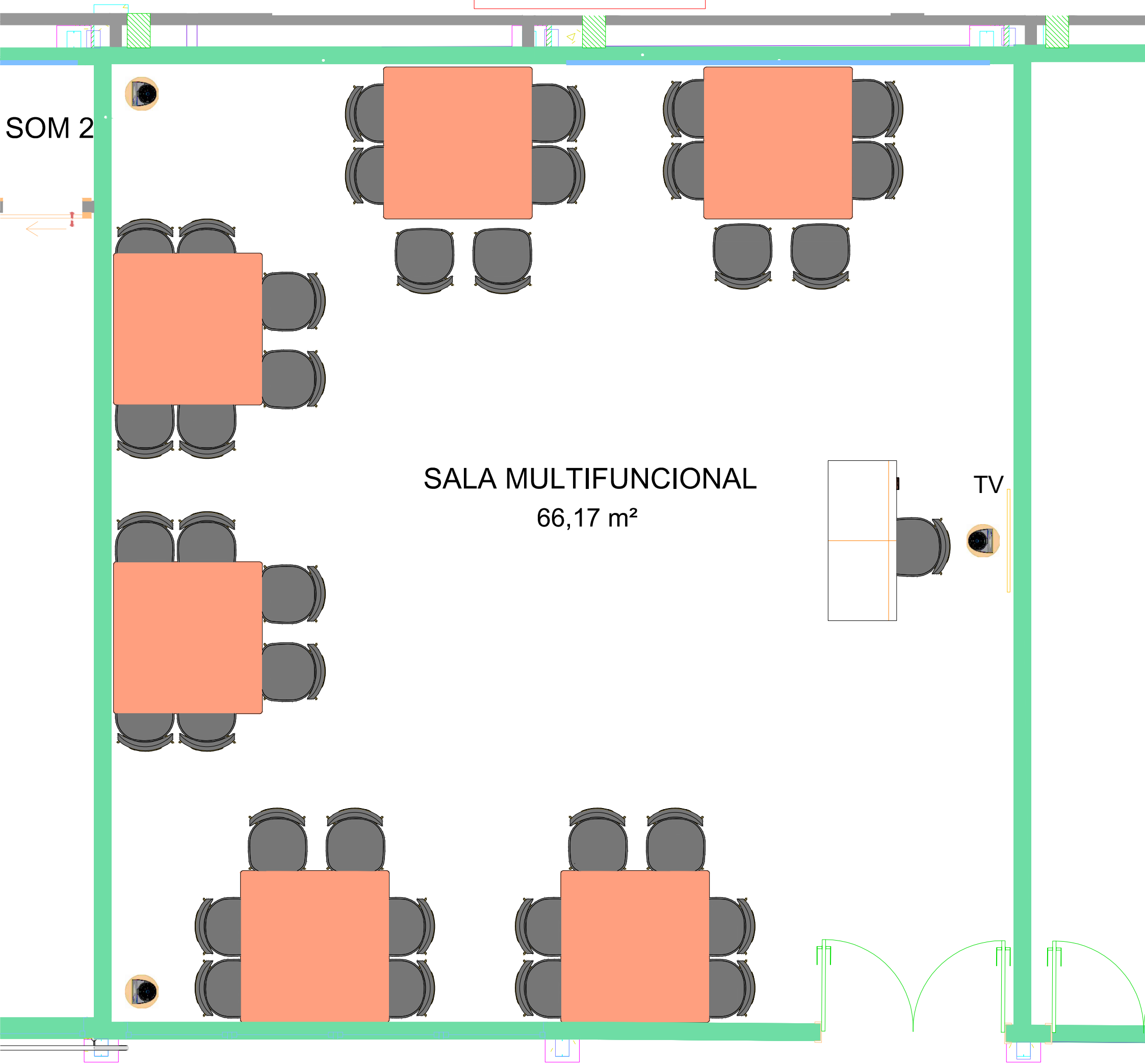
 CÂMERA PTZ

POSICIONAMENTO DAS CÂMERAS PTZ NA SALA MULTIFUNCIONAL

LEGENDA



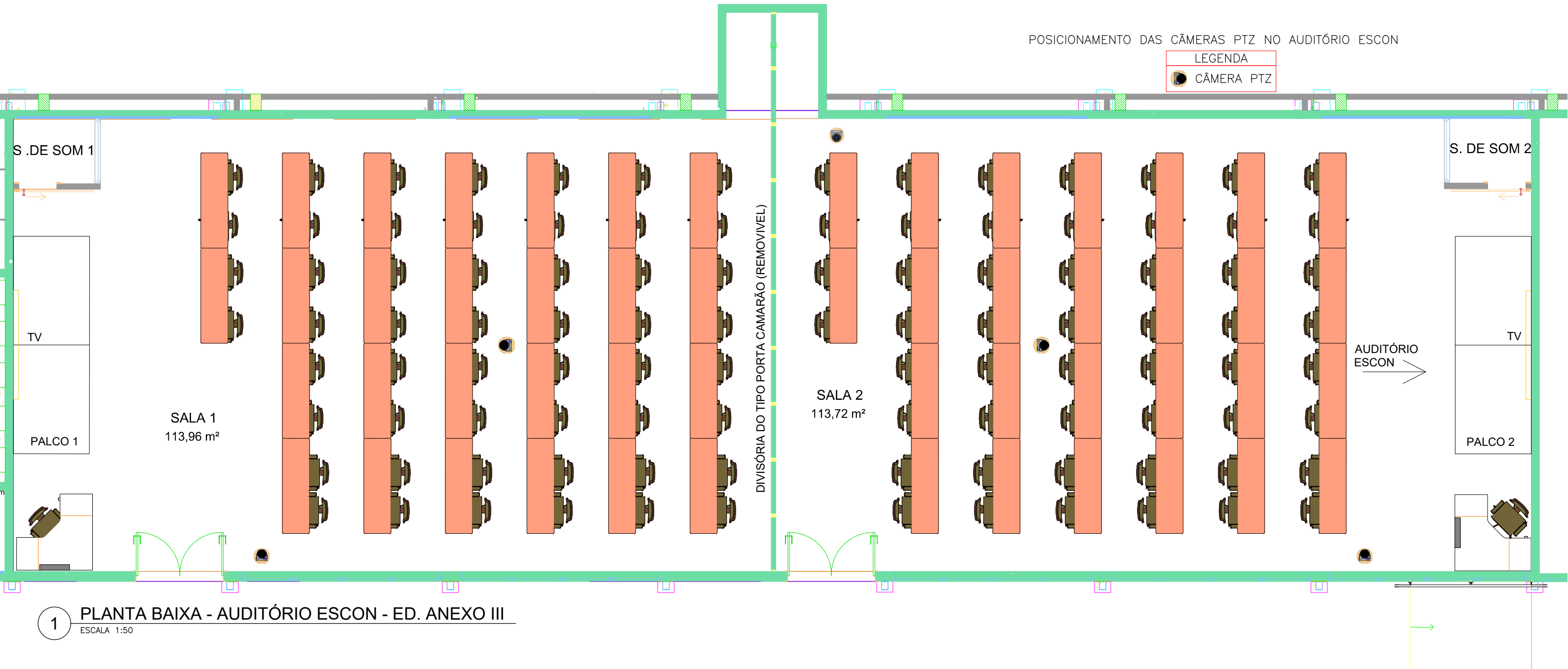
CÂMERA PTZ



1

PLANTA BAIXA - SALA MULTIFUNCIONAL - ED. ANEXO III

ESCALA 1:50



PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO
ANEXO II – ORIENTAÇÕES E MODELO DE PROPOSTA

ORIENTAÇÕES

- A proposta deve ser anexada ao sistema, quando convocados pelo Pregoeiro, após a fase de lances e negociação de preços
- O Pregoeiro(a) poderá efetuar consulta *on line*, para fins de habilitação, a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- Outras incorreções, desde que não impliquem em alteração da substância da proposta, poderão ser corrigidas quando da solicitação do Pregoeiro para reenvio.

MODELO DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

Razão Social:			
CPF/CNPJ:		Telefone/Fax:	
Endereço:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			

DADOS DO REPRESENTANTE

Nome:			
CPF:		Telefone/Fax:	
RG:		Expedido por:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	
Cargo/Função:			
Endereço:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			

DADOS BANCÁRIOS

Instituição:		AG.:		C.C.:	
--------------	--	------	--	-------	--

PROPOSTA

GRUPO 01 - CÂMERA PTZ - AMPLA PARTICIPAÇÃO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>CÂMERA PTZ</p> <p>Sensor de imagem: CMOS, com tamanho mínimo de 1/2.8" e resolução mínima de 8 MP;</p> <p>Zoom Óptico: Mínimo de 20x</p> <p>Ângulo de Visão Horizontal: Mínimo 60°</p> <p>Resolução de Vídeo: 4K UHD (3840 × 2160);</p> <p>Taxa de Quadros (fps): Mínimo 60fps em Full HD (1080p)</p> <p>Estabilização de Imagem: estabilização digital com redução de ruído 2D e 3D;</p> <p>Saídas de Vídeo: HDMI com suporte a 4K, SDI (mínimo 3G-SDI) e interface USB (UVC) ou LAN, permitindo múltiplas saídas simultâneas;</p> <p>Protocolos de Rede: compatibilidade mínima com RTSP e RTMP;</p> <p>Alimentação: DC 12V, com suporte a PoE (Power over Ethernet) padrão IEEE</p> <p>Configuração e Monitoramento: compatibilidade com protocolo VISCA;</p> <p>Idioma do Menu/Interface Web: Suporte ao idioma Português;</p> <p>Garantia: mínima de 12 meses;</p>	UNIDADE	21		
2	<p>MESA CONTROLADORA PTZ (DEVE SER COMPATÍVEL COM ITEM 03 OFERTADO)</p> <p>Interfaces: RJ45 (LAN) e portas seriais RS-232, RS-422 e RS-485;</p> <p>Protocolos suportados: compatibilidade mínima com VISCA, VISCA over IP;</p> <p>Número de câmeras controláveis: capacidade para controlar mínimo de 26 câmeras PTZ;</p> <p>Taxa de transmissão (baud rate): suporte aos baud rates 2400, 4800, 9600, 19200 e 38400 bps.</p> <p>Atalhos de câmera: presença de teclas físicas programáveis para seleção rápida de câmeras e execução de comandos;</p> <p>Joystick: joystick profissional com controle mínimo de 4 direções (Pan, Tilt, Zoom e Foco);</p> <p>Alimentação: alimentação por DC 12V, com suporte a PoE (Power over Ethernet);</p> <p>Display: display integrado tipo LCD;</p> <p>Garantia: 12 meses</p>	UNIDADE	06		
3	INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, DOS EQUIPAMENTOS DO	SERVIÇO	01		

<p>GRUPO 01 (CÂMERA PTZ)</p> <p>Os materiais necessários à instalação dos equipamentos, incluindo cabos, conectores e demais itens indispensáveis ao fornecimento que integra o serviço de instalação, serão de responsabilidade da CONTRATANTE. À CONTRATADA competirá apenas o fornecimento dos itens descritos nos ITENS 1 e 2 e a execução dos serviços de instalação destes itens, conforme as especificações técnicas estabelecidas.</p> <p>Os requisitos do treinamento estão estabelecidos no item 5.3. do TR.</p> <p>Para participar do grupo 01 (Câmera PTZ), o licitante deverá apresentar a declaração constante no Anexo B - conhecimento das instalações.</p>				
VALOR TOTAL				

GRUPO 02 - CÂMERA DSLR - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI-ME-EPP

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	<p>CÂMERA DSLR PROFISSIONAL</p> <p>Sensor: Full Frame CMOS; Resolução de Vídeo: 4K (3840 × 2160), com gravação de até 60 fps; Resolução de Fotos: mínima de 24 megapixels; Sensibilidade ISO: faixa mínima de ISO 100 a 51.200; Gravação de Vídeo: compatível com codecs H.264 e/ou H.265, em contêineres MP4 ou MOV; Montagem de Lente: sistema de montagem intercambiável; Entradas e Saídas: entrada para microfone externo (3,5 mm) e porta USB-C (USB 3.2 ou superior); Bateria (Inclusa kit): bateria recarregável inclusa no kit, padrão do fabricante;</p> <p>Garantia: 12 meses;</p>	UNIDADE	02		
5	<p>LENTE 24-70mm compatível com CÂMERA DSLR PROFISSIONAL</p> <p>Distância Focal: 24–70 mm; Abertura: Máxima: f/2.8 constante em toda a faixa de zoom; Distância Mínima de Foco: igual ou inferior a 0,37 m; Ângulo de Visão: mínimo de 34° a 84°;</p> <p>Garantia: 12 meses;</p>	UNIDADE	02		
VALOR TOTAL					

ITENS AVULSOS - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI-ME-EPP

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
6	<p>CÂMERA FILMADORA PROFISSIONAL 4K</p> <p>Tipo: Camcorder profissional 4K para produções</p> <p>Resolução: Sensor CMOS ou MOS de 1.0", com resolução mínima aproximada de 8 megapixels;</p> <p>Zoom óptico: mínimo de 12x;</p> <p>Resolução de Gravação: 4K UHD (3840 × 2160), com gravação mínima de 30 fps, admitindo até 60 fps como diferencial;</p> <p>Entradas: mínimo de 2 entradas XLR para microfones;</p> <p>Saídas: 1 SDI (mínimo 3G-SDI) e 1 HDMI;</p> <p>Wi-Fi: Wi-Fi integrado;</p> <p>USB: mínimo de 1 porta USB;</p> <p>Garantia: 12 meses;</p>	UNIDADE	01		
7	<p>CÂMERA FOTOGRÁFICA SEMIPROFISSIONAL</p> <p>Resolução do Sensor: CMOS ou BSI CMOS no formato 1/2.3", com resolução mínima de 16 megapixels;</p> <p>ISO: faixa mínima de ISO 100 a 3200;</p> <p>Resolução de Gravação de Vídeo: gravação mínima em Full HD (1920 × 1080) a 30 fps ou superior;</p> <p>Tela: LCD de no mínimo 3,0 polegadas;</p> <p>Estabilização: estabilização óptica de imagem (OIS) ou tecnologia equivalente do fabricante;</p> <p>Lente do Kit: lente integrada de fábrica, não intercambiável;</p> <p>Zoom óptico: mínimo de 52x.</p> <p>Garantia: 12 meses;</p>	UNIDADE	05		
8	<p>BATERIAS FUJIFILM NP-W235 PARA CÂMERA FUJIFILM X-T4</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses.</p>	UNIDADE	10		
9	<p>ESTABILIZADOR GIMBAL PARA CÂMERA DSLR</p> <p>Capacidade de Carga: mínima de 2,5 kg, compatível com câmeras e lentes profissionais;</p> <p>Peso do Gimbal (aprox.): peso máximo 1,67kg</p> <p>Duração da Bateria: mínimo de 12 hora;</p> <p>Tempo de Recarga: até 2h30min;</p> <p>Tela: display integrado touchscreen;</p>	UNIDADE	01		

	Garantia: 90 dias				
10	OCTABOX BOWENS Formato: Parabólico ou Octagonal Diâmetro: 65 cm Profundidade: Mínimo 33 cm Montagem: sistema de abertura rápida Itens Inclusos: Softbox, difusores interno e externo, grid (colmeia), bolsa de transporte Material: Tecido externo em nylon pu material equivalente resistente, com interior refletivo prateado. Garantia: Mínimo de 12 meses	UNIDADE	11		
11	MOCHILA FOTOGRÁFICA Capacidade: Mínimo: 22 litros. Material: Compartimento principal acolchoado destinado ao transporte de câmera e lentes. Divisórias internas ajustáveis e removíveis, com fixação em velcro ou sispema equivalente. Externo: confeccionada em nylon ou poliéster de alta resistência, com tratamento contra abrasão e respingos de água; Zíperes: Resistentes e duráveis; Impermeabilidade: mínimo semi-impermeável, devendo possuir capa de chuva inclusa ou revestimento interno impermeável; Garantia: Mínimo de 03 meses.	UNIDADE	02		
12	TELEVISÃO LED 32 Resolução: Mínimo de resolução HD (1366 x 768) Tamanho da Tela: 32 polegadas HDR: Suporte a HDR Conectividade: Conectividade Wi-Fi para acesso à internet Conectores: Mínimo de 2 entradas HDMI e 1x USB Garantia: Mínimo de 12 meses	UNIDADE	03		
13	TELEVISÃO 50 POLEGADAS Tamanho da Tela: Tela de 50 polegadas Resolução: Mínimo de resolução 4K UHD HDR: Suporte a HDR Tipo de tela: LED Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth HDMI: Mínimo de 3 entradas HDMI para conectar dispositivos Porta Ethernet: Porta Ethernet Taxa de atualização: 60Hz Cor: Preto Tipo de TV: Smart TV	UNIDADE	01		

	Garantia: Mínimo de 12 meses				
14	SUPORTE ARTICULADO PARA TV 32 a 50 POLEGADAS Compatibilidade Suporte para TVs: Mínimo para TVs de 14 a 55 polegadas Peso Suportado: Mínimo de 25 kg de peso suportado Inclinação: Mínimo de 15° de inclinação Material: estrutura fabricada em aço carbono ou aço de alta resistência, com acabamento anticorrosivo (pintura epóxi ou equivalente); Ajuste de Altura: articulado, permitindo ajuste de inclinação e movimento lateral; Garantia: Mínimo de 12 meses.	UNIDADE	05		
15	SUPORTE PEDESTAL PARA TV 32 POLEGADAS Compatibilidade Suporte para TVs: Mínimo para TVs de 32 a 70 polegadas Peso suportado: Mínimo de 40 kg de peso suportado Material: Estrutura principal em aço carbono Ajuste de Altura: Permite ajuste de altura telescópico, com faixa mínima de ajuste compreendida entre 1,10 m e 1,50 m; Garantia: Mínimo de 12 meses.	UNIDADE	03		
16	MESA DE SOM Canais: Mínimo 16 canais Pré-amplificadores: min de 12 nas entradas XLR ou combo Equalização: 3 bandas canais Entradas: No mínimo 12 XLR Saídas: Main Out (XLR), Control Room Out, Fone AUX Sends: No mínimo 2 Construção: Chassi metálico Phantom Power: Sim (+48V) Garantia: Mínimo de 12 meses	UNIDADE	04		
17	CAIXA DE SOM Tipo: Ativo, mínimo de 2 vias Woofers: Mínimo de 8 polegadas Tweeter: Mínimo de 1 polegada Potência Total: Mínimo de 90W de potência Conectividade: bluetooth, USB, Auxiliar, Entradas Mic/Line Materiais do Gabinete: material resistente, podendo ser MDF, plástico ABS injetado ou material equivalente de alta resistência;	UNIDADE	04		

	Garantia: Mínimo de 12 meses				
18	PODCAST RECORDER Entradas de Microfone: mínimo de 4 entradas XLR ou combo XLR/TRS; Saídas de Fone de Ouvido: mínimo de 4 saídas independentes; Pads de Som: mínimo de 4 pads físicos; Mídia de gravação: gravação multipista cartão SD ou microSD Alimentação: alimentação via fonte AC ou USB ou USB-C (Power Delivery) Garantia: 3 meses	UNIDADE	04		
19	MESA DE CORTE DE VÍDEO (SWITCHER) Resolução Suportada (entrada): suporte mínimo a Full HD (1920 × 1080) até 60 fps; Resolução Suportada (saída): Full HD (1920 × 1080) até 60 fps. Entradas de Vídeo: mínimo de 4 entradas HDMI independentes. Tipo de Comutação: comutação por botões físicos, com suporte a CUT e AUTO, sendo aceito T-Bar físico como recurso adicional. Codificação e Gravação de Vídeo: saída USB 3.0 UVC. Conectividade de Rede: porta LAN (Ethernet) para controle via software e/ou streaming. Áudio de entrada: mínimo de 1 entrada analógica P2 (3,5 mm estéreo). Áudio de saída: saída de áudio integrada via HDMI ou USB, sendo aceita saída P2 dedicada como diferencial. Saída Multiview: suporte a visualização multiview, integrada ou via saída HDMI; Recursos Adicionais: suporte a Picture-in-Picture (PiP), efeitos de transição e inserção básica de gráficos ou logotipos. Conectividade e Integração: modo plug-and-play;	UNIDADE	01		
20	INTERFACE DE ÁUDIO Quantidade de entradas: mínimo 2 entradas podendo ser 1 XLR e 1 P10 ou 2 combo XLR/P10; Quantidade de saídas: mínimo de 2 (RCA L/R) + 1 Fone de ouvido ou 2 (P10 TRS L/R) + 1 Fone de ouvido Taxa de amostragem: mínima de 48 kHz/24-bit Phantom Power: Sim (+48V) Tipos de conexões: USB 2.0, XLR (in), P10 (in/fone), podendo ser aceito RCA (out) Garantia: 12 meses	UNIDADE	01		
21	SISTEMA DE VÍDEO WIRELESS 4K UHD SDI/HDMI SEM FIO	UNIDADE	01		

	<p>Tipo de Conexão: Sistema de transmissão de vídeo sem fio (Wireless)</p> <p>Distância de Transmissão: Mínimo de 200m de alcance</p> <p>Resolução de Transmissão: Mínimo de transmissão em 1080p60</p> <p>Entradas e Saídas de Vídeo: No mínimo 1 entrada e saída HDMI</p> <p>Latência: No máximo 0.12s (120ms)</p> <p>Frequência de Operação: Operação na faixa de frequência de 5 GHz</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>				
22	<p>FONES PROFISSIONAL PARA EDIÇÃO</p> <p>Tipo: Circumaural fechado (over-ear)</p> <p>Resposta de frequência: 10 Hz a 22.000 kHz</p> <p>Impedância: mínimo 38ohms</p> <p>Sensibilidade: Mínimo de 99 dB</p> <p>Peso: Máximo de 311g</p> <p>Conector: P2 (3,5 mm)</p> <p>Cabo: Destacável ou fixo xom mínimo de 1m</p> <p>Isolamento acústico: Alto nível de atenuação de ruído ambiente</p> <p>Conforto: Design ergonômico para uso prolongado</p> <p>Acessórios: Incluir capa de transporte e adaptador P2 para P10</p> <p>Garantia: Mínimo de 24meses</p>	UNIDADE	08		
VALOR TOTAL					

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para execução do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaro ainda que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto a essa Corte de Contas.

_____ - __, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 06/04/2026, às 09:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1030770** e o código CRC **D76DEE89**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1030770

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO

ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.
- 1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.
- 1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade.
- 2.4. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 2.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade.
- 2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada.
- 2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1. Justifica-se a necessidade da exigência de qualificação técnica especificamente para o GRUPO 01 - CÂMERA PTZ em virtude da complexidade e especificidade dos equipamentos envolvidos. As câmeras

PTZ são dispositivos tecnológicos avançados que requerem conhecimento especializado tanto para sua instalação quanto para a configuração adequada.

3.2. A apresentação de um atestado de capacidade técnica é fundamental para assegurar que a empresa contratada possui experiência comprovada em projetos similares, reduzindo os riscos de falhas que possam comprometer o funcionamento do sistema. Assim, é essencial que a empresa demonstre sua competência técnica, garantindo que a instalação será realizada de acordo com as melhores práticas do mercado. A experiência da futura contratada também é vital para garantir um suporte técnico eficiente e a realização de manutenções quando necessário, contribuindo para a continuidade do funcionamento do sistema.

3.3. Além disso, a conformidade com normas e regulamentos técnicos é um aspecto crucial, e um atestado de capacidade técnica atesta que a empresa está apta a atender tais exigências. Portanto, a solicitação desse documento visa assegurar que a contratação será feita com um fornecedor qualificado, capaz de atender a todas as demandas relacionadas ao fornecimento e à instalação das câmeras PTZ de forma segura e eficaz.

CAPACIDADE TÉCNICA

3.4. Exclusivamente para o GRUPO 01 - CÂMERA PTZ, serão exigidos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Esses atestados devem comprovar que a licitante forneceu, de forma satisfatória, objetos similares ao da contratação, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das dimensões do objeto do certame.

- a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
- b) Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;
- c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- d) O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando quando solicitado pela Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE, bem como local e condições em que foram prestados os serviços.

CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E VISTORIA TÉCNICA

3.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, realizando avaliação prévia do local de execução (art. 67, II c/c art. 63, § 2º da Lei 14.133/21), emitida por representante da Contratante.

3.5.1. A vistoria prévia para conhecimento das condições locais poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4. DECLARAÇÕES LEGAIS

- 4.1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;
- 4.2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);
- 4.3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);
- 4.4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);
- 4.5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);

- 4.6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);
- 4.7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação;
- 4.8. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO.
-



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA ANGELICA REIS E SILVA, Chefe**, em 06/04/2026, às 09:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1030630** e o código CRC **ABC3941D**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1030630

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA PADRÃO DE CONTRATO – COMPRAS E SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA

CONTRATO N. XX/20XX/TCE-RO

Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de Rondônia, através do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e a pessoa jurídica/física (...), abaixo qualificados, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 001933/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.	
OBJETO:	Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e itens correlatos, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
VALOR:	R\$...
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.
ORIGEM:	Pregão Eletrônico n. 90007/2026/TCE-RO

CONTRATANTE: ESTADO DE RONDÔNIA, através do **TRIBUNAL DE CONTAS** inscrito no CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10, com sede na Av. Presidente Dutra, n. 4.229, nesta cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) - Geral de Administração, o (a) senhor **FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA**, de acordo com delegação de competência prevista na Portaria n. 11, de 02 de setembro de 2022, publicada no DOE TCE-RO n. 2.670, ano XII, de 06.09.2022.

CONTRATADO:, inscrito (a) no CNPJ sob o n., sediado (a) na, neste ato representado (a) por (Nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART.92, I, II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e itens correlatos, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas no Termo de Referência, visando atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia:

GRUPO 01 - CÂMERA PTZ

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CÂMERA PTZ Sensor de imagem: CMOS, com tamanho mínimo de 1/2.8" e resolução mínima de 8 MP; Zoom Óptico: Mínimo de 20x Ângulo de Visão Horizontal: Mínimo 60° Resolução de Vídeo: 4K UHD (3840 × 2160); Taxa de Quadros (fps): Mínimo 60fps em Full HD (1080p) Estabilização de Imagem: estabilização digital com redução de ruído 2D e 3D; Saídas de Vídeo: HDMI com suporte a 4K, SDI (mínimo 3G-SDI) e interface USB (UVC) ou LAN, permitindo múltiplas saídas simultâneas; Protocolos de Rede: compatibilidade mínima com RTSP e RTMP; Alimentação: DC 12V, com suporte a PoE (Power over Ethernet) padrão IEEE Configuração e Monitoramento: compatibilidade com protocolo VISCA; Idioma do Menu/Interface Web: Suporte ao idioma Português; Garantia: mínima de 12 meses;	UNIDADE	21
2	MESA CONTROLADORA PTZ (DEVE SER COMPATÍVEL COM ITEM 03 OFERTADO) Interfaces: RJ45 (LAN) e portas seriais RS-232, RS-422 e RS-485; Protocolos suportados: compatibilidade mínima com VISCA, VISCA over IP; Número de câmeras controláveis: capacidade para controlar mínimo de 26 câmeras PTZ; Taxa de transmissão (baud rate): suporte aos baud rates 2400, 4800, 9600, 19200 e 38400 bps. Atalhos de câmera: presença de teclas físicas programáveis para seleção rápida de câmeras e execução de comandos; Joystick: joystick profissional com controle mínimo de 4 direções (Pan, Tilt, Zoom e Foco); Alimentação: alimentação por DC 12V, com suporte a PoE (Power over Ethernet); Display: display integrado tipo LCD; Garantia: 12 meses	UNIDADE	06
3	INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, DOS EQUIPAMENTOS DO GRUPO 01 (CÂMERA PTZ) Os materiais necessários à instalação dos equipamentos, incluindo cabos, conectores e demais itens indispensáveis ao fornecimento que integra o serviço de instalação, serão de responsabilidade da CONTRATANTE. À CONTRATADA competirá apenas o fornecimento dos itens descritos nos ITENS 1 e 2 e a execução dos serviços de instalação destes itens, conforme as especificações técnicas estabelecidas. Os requisitos do treinamento estão estabelecidos no item 5.3. do TR.	SERVIÇO	01

GRUPO 01 - CÂMERA PTZ			
	Para participar do grupo 01 (Câmera PTZ), o licitante deverá apresentar a declaração constante no Anexo B - conhecimento das instalações .		
GRUPO 02 - CÂMERA DSLR			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
4	CÂMERA DSLR PROFISSIONAL Sensor: Full Frame CMOS; Resolução de Vídeo: 4K (3840 × 2160), com gravação de até 60 fps; Resolução de Fotos: mínima de 24 megapixels; Sensibilidade ISO: faixa mínima de ISO 100 a 51.200; Gravação de Vídeo: compatível com codecs H.264 e/ou H.265, em contêineres MP4 ou MOV; Montagem de Lente: sistema de montagem intercambiável; Entradas e Saídas: entrada para microfone externo (3,5 mm) e porta USB-C (USB 3.2 ou superior); Bateria (Inclusa kit): bateria recarregável inclusa no kit, padrão do fabricante; Garantia: 12 meses;	UNIDADE	02
5	LENTE 24-70mm compatível com CÂMERA DSLR PROFISSIONAL Distância Focal: 24–70 mm; Abertura: Máxima: f/2.8 constante em toda a faixa de zoom; Distância Mínima de Foco: igual ou inferior a 0,37 m; Ângulo de Visão: mínimo de 34° a 84°; Garantia: 12 meses;	UNIDADE	02
ITENS AVULSOS			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
6	CÂMERA FILMADORA PROFISSIONAL 4K Tipo: Camcorder profissional 4K para produções Resolução: Sensor CMOS ou MOS de 1.0", com resolução mínima aproximada de 8 megapixels; Zoom óptico: mínimo de 12x; Resolução de Gravação: 4K UHD (3840 × 2160), com gravação mínima de 30 fps, admitindo até 60 fps como diferencial; Entradas: mínimo de 2 entradas XLR para microfones; Saídas: 1 SDI (mínimo 3G-SDI) e 1 HDMI; Wi-Fi: Wi-Fi integrado; USB: mínimo de 1 porta USB; Garantia: 12 meses;	UNIDADE	01
7	CÂMERA FOTOGRÁFICA SEMIPROFISSIONAL Resolução do Sensor: CMOS ou BSI CMOS no formato 1/2.3", com resolução mínima de 16 megapixels; ISO: faixa mínima de ISO 100 a 3200; Resolução de Gravação de Vídeo: gravação mínima em Full HD (1920 × 1080) a 30 fps ou superior; Tela: LCD de no mínimo 3,0 polegadas; Estabilização: estabilização óptica de imagem (OIS) ou tecnologia equivalente do fabricante; Lente do Kit: lente integrada de fábrica, não intercambiável; Zoom óptico: mínimo de 52x. Garantia: 12 meses;	UNIDADE	05
8	BATERIAS FUJIFILM NP-W235 PARA CÂMERA FUJIFILM X-T4 Garantia: Mínimo de 12 meses.	UNIDADE	10
9	ESTABILIZADOR GIMBAL PARA CÂMERA DSLR Capacidade de Carga: mínima de 2,5 kg, compatível com câmeras e lentes profissionais; Peso do Gimbal (aprox.): peso máximo 1,67kg Duração da Bateria: mínimo de 12 hora; Tempo de Recarga: até 2h30min; Tela: display integrado touchscreen; Garantia: 90 dias	UNIDADE	01
10	OCTABOX BOWENS Formato: Parabólico ou Octagonal Diâmetro: 65 cm Profundidade: Mínimo 33 cm Montagem: sistema de abertura rápida Itens Inclusos: Softbox, difusores interno e externo, grid (colmeia), bolsa de transporte Material: Tecido externo em nylon pu material equivalente resistente, com interior refletivo prateado. Garantia: Mínimo de 12 meses	UNIDADE	11
11	MOCHILA FOTOGRÁFICA	UNIDADE	02

ITENS AVULSOS

	<p>Capacidade: Mínimo: 22 litros.</p> <p>Material: Compartimento principal acolchoado destinado ao transporte de câmera e lentes. Divisórias internas ajustáveis e removíveis, com fixação em velcro ou sispema equivalente. Externo: confeccionada em nylon ou poliéster de alta resistência, com tratamento contra abrasão e respingos de água; Zíperes: Resistentes e duráveis; Impermeabilidade: mínimo semi-impermeável, devendo possuir capa de chuva inclusa ou revestimento interno impermeável;</p> <p>Garantia: Mínimo de 03 meses.</p>		
12	<p>TELEVISÃO LED 32</p> <p>Resolução: Mínimo de resolução HD (1366 x 768)</p> <p>Tamanho da Tela: 32 polegadas</p> <p>HDR: Suporte a HDR</p> <p>Conectividade: Conectividade Wi-Fi para acesso à internet</p> <p>Conectores: Mínimo de 2 entradas HDMI e 1x USB</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	UNIDADE	03
13	<p>TELEVISÃO 50 POLEGADAS</p> <p>Tamanho da Tela: Tela de 50 polegadas</p> <p>Resolução: Mínimo de resolução 4K UHD</p> <p>HDR: Suporte a HDR</p> <p>Tipo de tela: LED</p> <p>Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth</p> <p>HDMI: Mínimo de 3 entradas HDMI para conectar dispositivos</p> <p>Porta Ethernet: Porta Ethernet</p> <p>Taxa de atualização: 60Hz</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Tipo de TV: Smart TV</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	UNIDADE	01
14	<p>SUPORTE ARTICULADO PARA TV 32 a 50 POLEGADAS</p> <p>Compatibilidade Suporte para TVs: Mínimo para TVs de 14 a 55 polegadas</p> <p>Peso Suportado: Mínimo de 25 kg de peso suportado</p> <p>Inclinação: Mínimo de 15° de inclinação</p> <p>Material: estrutura fabricada em aço carbono ou aço de alta resistência, com acabamento anticorrosivo (pintura epóxi ou equivalente);</p> <p>Ajuste de Altura: articulado, permitindo ajuste de inclinação e movimento lateral;</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses.</p>	UNIDADE	05
15	<p>SUPORTE PEDESTAL PARA TV 32 POLEGADAS</p> <p>Compatibilidade Suporte para TVs: Mínimo para TVs de 32 a 70 polegadas</p> <p>Peso suportado: Mínimo de 40 kg de peso suportado</p> <p>Material: Estrutura principal em aço carbono</p> <p>Ajuste de Altura: Permite ajuste de altura telescópico, com faixa mínima de ajuste compreendida entre 1,10 m e 1,50 m;</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses.</p>	UNIDADE	03
16	<p>MESA DE SOM</p> <p>Canais: Mínimo 16 canais</p> <p>Pré-amplificadores: min de 12 nas entradas XLR ou combo</p> <p>Equalização: 3 bandas canais</p> <p>Entradas: No mínimo 12 XLR</p> <p>Saídas: Main Out (XLR), Control Room Out, Fone</p> <p>AUX Sends: No mínimo 2</p> <p>Construção: Chassi metálico</p> <p>Phantom Power: Sim (+48V)</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	UNIDADE	04
17	<p>CAIXA DE SOM</p> <p>Tipo: Ativo, mínimo de 2 vias</p> <p>Woofers: Mínimo de 8 polegadas</p> <p>Tweeter: Mínimo de 1 polegada</p> <p>Potência Total: Mínimo de 90W de potência</p> <p>Conectividade: bluetooth, USB, Auxiliar, Entradas Mic/Line</p> <p>Materiais do Gabinete: material resistente, podendo ser MDF, plástico ABS injetado ou material equivalente de alta resistência;</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	UNIDADE	04
18	<p>PODCAST RECORDER</p> <p>Entradas de Microfone: mínimo de 4 entradas XLR ou combo XLR/TRS;</p> <p>Saídas de Fone de Ouvido: mínimo de 4 saídas independentes;</p> <p>Pads de Som: mínimo de 4 pads físicos;</p> <p>Mídia de gravação: gravação multipista cartão SD ou microSD</p> <p>Alimentação: alimentação via fonte AC ou USB ou USB-C (Power Delivery)</p> <p>Garantia: 3 meses</p>	UNIDADE	04
19	MESA DE CORTE DE VÍDEO (SWITCHER)	UNIDADE	01

ITENS AVULSOS

	<p>Resolução Suportada (entrada): suporte mínimo a Full HD (1920 × 1080) até 60 fps;</p> <p>Resolução Suportada (saída): Full HD (1920 × 1080) até 60 fps.</p> <p>Entradas de Vídeo: mínimo de 4 entradas HDMI independentes.</p> <p>Tipo de Comutação: comutação por botões físicos, com suporte a CUT e AUTO, sendo aceito T-Bar físico como recurso adicional.</p> <p>Codificação e Gravação de Vídeo: saída USB 3.0 UVC.</p> <p>Conectividade de Rede: porta LAN (Ethernet) para controle via software e/ou streaming.</p> <p>Áudio de entrada: mínimo de 1 entrada analógica P2 (3,5 mm estéreo).</p> <p>Áudio de saída: saída de áudio integrada via HDMI ou USB, sendo aceita saída P2 dedicada como diferencial.</p> <p>Saída Multiview: suporte a visualização multiview, integrada ou via saída HDMI;</p> <p>Recursos Adicionais: suporte a Picture-in-Picture (PiP), efeitos de transição e inserção básica de gráficos ou logotipos.</p> <p>Conectividade e Integração: modo plug-and-play;</p>		
20	<p>INTERFACE DE ÁUDIO</p> <p>Quantidade de entradas: mínimo 2 entradas podendo ser 1 XLR e 1 P10 ou 2 combo XLR/P10;</p> <p>Quantidade de saídas: mínimo de 2 (RCA L/R) + 1 Fone de ouvido ou 2 (P10 TRS L/R) + 1 Fone de ouvido</p> <p>Taxa de amostragem: mínima de 48 kHz/24-bit</p> <p>Phantom Power: Sim (+48V)</p> <p>Tipos de conexões: USB 2.0, XLR (in), P10 (in/fone), podendo ser aceito RCA (out)</p> <p>Garantia: 12 meses</p>	UNIDADE	01
21	<p>SISTEMA DE VÍDEO WIRELESS 4K UHD SDI/HDMI SEM FIO</p> <p>Tipo de Conexão: Sistema de transmissão de vídeo sem fio (Wireless)</p> <p>Distância de Transmissão: Mínimo de 200m de alcance</p> <p>Resolução de Transmissão: Mínimo de transmissão em 1080p60</p> <p>Entradas e Saídas de Vídeo: No mínimo 1 entrada e saída HDMI</p> <p>Latência: No máximo 0.12s (120ms)</p> <p>Frequência de Operação: Operação na faixa de frequência de 5 GHz</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses</p>	UNIDADE	01
22	<p>FONES PROFISSIONAL PARA EDIÇÃO</p> <p>Tipo: Circumaural fechado (over-ear)</p> <p>Resposta de frequência: 10 Hz a 22.000 kHz</p> <p>Impedância: mínimo 38ohms</p> <p>Sensibilidade: Mínimo de 99 dB</p> <p>Peso: Máximo de 311g</p> <p>Conector: P2 (3,5 mm)</p> <p>Cabo: Destacável ou fixo com mínimo de 1m</p> <p>Isolamento acústico: Alto nível de atenuação de ruído ambiente</p> <p>Conforto: Design ergonômico para uso prolongado</p> <p>Acessórios: Incluir capa de transporte e adaptador P2 para P10</p> <p>Garantia: Mínimo de 24meses</p>	UNIDADE	08

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021..

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação somente será permitida para os serviços de instalação e treinamento que refere-se aos equipamentos do **Grupo 01 - Câmera PTZ**.

4.2. A CONTRATADA poderá optar por essa subcontratação, permanecendo, contudo, integralmente responsável, perante o CONTRATANTE e terceiros, pela execução total do objeto contratual, conforme as especificações deste Termo de Referência, seus anexos e o contrato.

4.3. A subcontratação deverá observar, ainda, as disposições do art. 122 da Lei n. 14.133/2021, ficando condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- I - prévia e expressa autorização da Administração;
- II - comprovação da capacidade técnica da subcontratada para execução das atividades a ela atribuídas;

- III - manutenção da responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, prazos, desempenho e resultados;
- IV - inexistência de vínculo jurídico entre a Administração e a subcontratada;
- V - apresentação, quando solicitado, da documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada.

4.4. A subcontratação parcial do grupo não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades legais e contratuais, devendo esta responder integralmente perante a Administração pelos serviços subcontratados.

4.5. Quando houver mais de uma empresa subcontratada, os serviços especializados deverão ser coordenados pela CONTRATADA, de forma a garantir a execução harmoniosa e integrada das atividades, mantendo-se sob sua responsabilidade o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.6. Caso os serviços subcontratados não atendam às especificações exigidas, a Fiscalização poderá contestá-los, cabendo à CONTRATADA assumir integralmente o ônus da reexecução, seja por meio de sua própria equipe ou mediante empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O prazo para pagamento inicia-se da habilitação para recebimento, feita pelo CONTRATADO, com a entrega da nota fiscal ou nota fiscal-fatura na sede do CONTRATANTE, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- 6.2. Aplica-se ao pagamento a Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- 6.3. No caso de contratações diretas por dispensa de licitação fundadas nos incisos I ou II do Art. 75 da Lei 14.133/21 (dispensa de pequeno valor) o pagamento poderá ser realizado por meio de cartão de pagamento, com a divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 6.4. Eventuais débitos da CONTRATADA perante a Fazenda Estadual poderão ser objeto de compensação de crédito, nos estritos termos do art. 188, §3º do Decreto Estadual nº 28.874/2024. É facultado ao CONTRATANTE, ainda, com fundamento no art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Resolução nº 382/2023/TCE-RO, efetuar a retenção cautelar de valores para o pagamento de possíveis multas e indenizações cabíveis, previamente à instauração ou conclusão do processo de apuração de falta, abrangendo referida retenção todos os créditos da contratada junto ao Tribunal, observando-se que, caso o montante das penalidades e indenizações supere os pagamentos devidos, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 6.5. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data referenciada no subitem 6.1. e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada automaticamente, com a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
Onde: EM = Encargos moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = valor da parcela paga I = Índice de compensação financeira = 0,000328767 Assim apurado: I = (TX)/365; I = {(12/100)/365} I = 0,000328767 TX = Percentual da taxa anual = 12%

- 6.6. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- 6.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **__/__/__ (DD/MM/AAAA)**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e
- 7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.
- 7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e na Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que, no prazo fixado pelo fiscal e/ou responsável pela gestão do contrato, seja efetuada a substituição, reparo ou correção, do total ou da parte fornecida/executada, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 8.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues, pelo fiscal ou pela Comissão de Recebimento designada;
- 8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas neste Contrato, Lei n. 14.133/2021, LINDB e demais legislações correlatas;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.1.13. A Administração permitirá o livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 8.1.14. A Administração proporcionará todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais; e
- 8.1.15. A Administração assegurará que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a intervenção de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto no Termo de Referência;
- 9.1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência contratual;
- 9.1.3. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 9.1.4. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 9.1.5. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 9.1.6. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do termo de referência ou projeto básico;
- 9.1.7. Os produtos deverão estar acompanhados de ficha técnica para conferência das características adequadas;
- 9.1.8. Respeitar os prazos previstos em edital, termo de referência ou projeto básico, conforme o caso;
- 9.1.9. Manter, durante toda vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.10. Prestar garantia dos produtos, conforme previsto no Termo de Referência;
- 9.1.11. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta.

9.2. Impossibilitada de cumprir o (s) prazo (s) de entrega, solicitar pedido de prorrogação de prazo, o qual deverá estar instruído com, no mínimo, as informações a seguir: identificação do objeto, número do Pregão, número da Nota de Empenho e da ata de registro de preços; justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação; documentação comprobatória; e indicação do novo prazo a ser cumprido.

9.3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos itens anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;

9.4. Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

9.5. Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a vencedora da licitação estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

9.6. Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega;

9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, DIVICT, SELIC ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.11. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.13. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.16. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo à contratada, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei n. 14.133/2021 e nos termos da Resolução n. 382/2023/TCE-RO e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória;
- c) Multa contratual;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de 3 (três) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Na aplicação das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

Prazo de cumprimento da obrigação	Percentual máximo de multa diária	Valor máximo de multa diária
Até 10 dias	1%	R\$ 1.000,00
entre 11 e 30 dias	0,82%	
entre 31 e 45 dias	0,71%	
entre 46 e 60 dias	0,65%	
a partir de 61 dias	0,50%	
Tabela 01: Limites para aplicação de multa moratória		

11.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2(dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VII)

13.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:	
Fonte de Recursos:	
Programa de Trabalho:	
Elemento de Despesa:	
Plano Interno:	
Nota de Empenho:	

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

17.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n.º 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCE-RO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) as medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

f) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função (role-based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

g) na execução deste contrato, a CONTRATADA zelará pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCE-RO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

h) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCE-RO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

17.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política Corporativa de Segurança da Informação e da Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

17.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCE-RO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

17.4. A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

17.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCE-RO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

17.6. A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, mediante o preenchimento de formulário específico da LGPD disponível no sítio eletrônico do TCE, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.7. A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

17.8. A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCE-RO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

17.9. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

17.11. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021, Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Federal n. 12.846/13 e as Resoluções n. 382/2023/TCE-RO e 383/2023/TCE-RO e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, bem como pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Velho - Rondônia, [dia] de [mês] de [ano].

(assinado eletronicamente)
FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
Secretário-Geral de Administração
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

Representante legal do CONTRATADO

O presente termo de Contrato foi elaborado e vistado de forma eletrônica, na forma da competência do art. 23, I da Lei Complementar Estadual nº 620 de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, considerado atendidas as recomendações das manifestações da PGE constantes dos autos, não importando, para qualquer fim, em ato administrativo de gestão.

(assinado eletronicamente)
Procurador(a) do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 20/05/2026, às 08:26, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1051065** e o código CRC **76B114E5**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1051065

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - www.tzero.tc.br

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90007/2026/TCE-RO
ANEXO V – PLANILHA DE RESUMO DE PREÇOS

Constitui o Anexo V do presente edital a Planilha de resumo de preços, elaborada pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, conforme Instrução de Cotação n. 006/2026/DLC-Selic (1046234).



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 21/05/2026, às 11:56, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).






A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1054141** e o código CRC **DB2B0198**.

Referência: Processo nº 001933/2026

SEI nº 1054141

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone:
6932119135 - www.tzero.tc.br

		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA					
		Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC					
		Divisão de Licitações e Contratações - DLIC					
Processo Administrativo		SEI n. 001933/2026					
Identificação da Planilha		Instrução de Cotação n. 06/2026/DLC-Selic					
Objeto:		Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e itens correlatos, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.					
Sistema de Registro de Preços:		Não					
Planilha de resumo de preços							
ITEM	DESCRIÇÃO	GRUPO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	
1	CÂMERA PTZ	1	21	Unidade	R\$ 11.908,00	R\$ 250.068,00	
2	MESA CONTROLADORA PTZ (DEVE SER COMPATÍVEL COM ITEM 03 OFERTADO)	1	6	Unidade	R\$ 4.701,38	R\$ 28.208,28	
3	INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, DOS EQUIPAMENTOS DO GRUPO 01 (CÂMERA PTZ)	1	1	Unidade	R\$ 21.290,32	R\$ 21.290,32	
4	CÂMERA DSLR PROFISSIONAL	2	2	Unidade	R\$ 15.782,00	R\$ 31.564,00	
5	LENTE 24-70mm compatível com CÂMERA DSLR PROFISSIONAL	2	2	Unidade	R\$ 17.593,63	R\$ 35.187,26	
6	CÂMERA FILMADORA PROFISSIONAL 4K	-	1	Unidade	R\$ 38.844,93	R\$ 38.844,93	
7	CÂMERA FOTOGRÁFICA SEMIPROFISSIONAL	-	5	Unidade	R\$ 5.063,85	R\$ 25.319,25	
8	BATERIAS PARA CÂMERA DSLR FUJIFILM X T4 (DA MARCA FUJIFILM)	-	10	Unidade	R\$ 816,18	R\$ 8.161,80	
9	ESTABILIZADOR GIMBAL PARA CÂMERA DSLR	-	1	Unidade	R\$ 6.180,97	R\$ 6.180,97	
10	OCTABOX BOWENS	-	11	Unidade	R\$ 545,23	R\$ 5.997,53	
11	MOCHILA FOTOGRÁFICA	-	2	Unidade	R\$ 715,16	R\$ 1.430,32	
12	TELEVISÃO LED 32	-	3	Unidade	R\$ 1.370,24	R\$ 4.110,72	
13	TELEVISÃO 50 POLEGADAS	-	1	Unidade	R\$ 2.676,02	R\$ 2.676,02	
14	SUPORTE ARTICULADO TV 50P	-	5	Unidade	R\$ 114,33	R\$ 571,65	
15	SUPORTE PEDESTAL PARA TV 32P	-	3	Unidade	R\$ 793,00	R\$ 2.379,00	
16	MESA DE SOM 16 canais	-	4	Unidade	R\$ 2.712,87	R\$ 10.851,48	
17	CAIXA DE SOM	-	4	Unidade	R\$ 1.728,84	R\$ 6.915,36	
18	PODCAST RECORDER	-	4	Unidade	R\$ 1.689,48	R\$ 6.757,92	
19	MESA DE CORTE DE VÍDEO (SWITCHER)	-	1	Unidade	R\$ 4.542,34	R\$ 4.542,34	
20	INTERFACE DE ÁUDIO	-	1	Unidade	R\$ 2.424,10	R\$ 2.424,10	
21	SISTEMA DE VÍDEO WIRELESS 4K UHD SDI/HDMI SEM FIO	-	1	Unidade	R\$ 3.786,02	R\$ 3.786,02	
22	FONES PROFISSIONAL PARA EDIÇÃO	-	8	Unidade	R\$ 1.332,44	R\$ 10.659,52	
Valor total médio do grupo 01 - MENOR PREÇO POR GRUPO						R\$ 299.566,60	
Valor total médio do grupo 02 - MENOR PREÇO POR GRUPO						R\$ 66.751,26	
Somatório dos itens avulsos (Itens 05 ao 21) - MENOR PREÇO POR ITEM						R\$ 141.608,93	
Valor total médio estimado						R\$ 507.926,79	
Responsável pela Pesquisa de Preços:					<div> <div>  </div> <div> Documento assinado digitalmente REMO GREGORIO HONORIO Data: 07/05/2026 11:40:58-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br </div> </div> <div>  </div> <div> 990752 </div>		
Declaro para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura aquisição/contratação dos itens presentes neste processo licitatório, que o preço de referência foi formado nos ditames do Art. 8º da Instrução Normativa nº 397/2023/TCE-RO e seus incisos, devidamente apontados na planilha acima.							
→ (1) Art. 8º da Resolução nº 397/2023/TCE-RO.							
Data: quinta-feira, 7 de maio de 2026							